

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO SESC PARÁ Nº 24/0032-PG

O Departamento Regional no Pará do SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, comunica a realização de licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO, para REGISTRO DE PREÇO, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, os quais foram examinados pela Assessoria Jurídica, conforme parecer contido nos autos do processo de referência.

A presente licitação será regida pelo Regulamento de Licitações e Contratos do SESC, consolidado pela Resolução SESC n.º 1.593/2024 e pelas disposições deste Edital e seus anexos.

1. DISPOSIÇÕES INICIAIS

- 1.1. Tipo de licitação: Pregão
- 1.2. Critério de Julgamento: Menor Preço
- 1.3. Modo de Disputa: Aberto
- 1.4. Processo de referência: n.º 6095
- 1.5. Abertura das Propostas e Início da Sessão Pública de Disputa de Preços: às 09:30h do dia 13/08/2024.
- 1.6. Local da Sessão: Portal do Compras.gov.br do Governo Federal – www.comprasnet.gov.br.
- 1.7. Código UASG: 926654.
- 1.8. Não se aplica à presente licitação as disposições contidas na Lei Complementar 123/2006.
- 1.9. Caso haja divergência entre o descritivo dos Itens deste Edital e seus Anexos e no Portal Compras.gov.br, prevalecerá o descritivo constante no Edital e seus Anexos.
- 1.10. O Pregão será realizado na forma eletrônica, em sessão pública à distância, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.
- 1.11. Serão observadas as datas e horários especificados para os procedimentos referentes à Licitação, ou, não havendo expediente no SESC/DR-PA nessas datas, no mesmo meio eletrônico e nas mesmas horas dos primeiros dias úteis subsequentes.

2. OBJETO:

2.1. A presente licitação tem por objeto o Registro de preço para provável aquisição de veículo, tipo caminhão de $\frac{3}{4}$ (três quartos), com compartimento de carga refrigerado e com isolamento isotérmico para suprir necessidade sistemática do Programa Sesc Mesa Brasil, do Sesc-DR/PA, conforme especificações constantes nos seguintes Anexos, partes integrantes deste Edital:

- a) ANEXO I – Termo de Referência;
- b) ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial;
- c) ANEXO III – Modelo da Declaração de Adesão ao Cadastro de Reserva; e
- d) ANEXO IV – Minuta da Ata de Registro de Preço.

- 2.2. O SESC/DR-PA não se obriga a adquirir o objeto e as quantidades definidas neste Edital.
- 2.3. A vigência Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses, podendo ser renovado nos termos da Resolução Sesc n.º 1.593/2024.
- 2.4. Prorrogada a Ata de Registro de Preço, poderão ser restabelecidas as condições iniciais da ata, inclusive quantitativos.
- 2.5. A critério do Sesc-DR/PA a Ata de Registro de Preço poderá ser aditada, com vistas a acréscimo no percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor global, e as supressões serão realizadas nos limites estabelecidos pelas partes.
- 2.6. Somente ocorrerá o reajuste no valor após decorrido o prazo de 12 (doze) meses da apresentação da proposta.
- 2.7. Para cada demanda será emitida uma Ordem de Compra (OC) ou documento equivalente, conforme as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, bem como os adendos que são partes integrantes deste Instrumento.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

- 3.1. Poderá participar da presente licitação, qualquer empresa ou sociedade estabelecida no Brasil que esteja apta ao objeto aqui licitado e em condições de atender a todas as exigências deste Edital e Anexos.
- 3.2. Estarão impedidas de participar desta licitação pessoas jurídicas que:
 - a) Estejam suspensas de licitar ou contratar com o SESC/DR-PA, enquanto perdurar a suspensão;
 - b) Se encontrem em processo de falência decretada;
 - c) Reunidas em consórcio;

d) A gestão seja desenvolvida por menor, exceto se este for apenas sócio sem a atribuição de gestor, cujas cotas estejam integralizadas.

3.3. É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante na presente licitação.

3.4. A licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

3.5. A participação no certame implica aceitar todas as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

4. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS:

4.1. Qualquer pedido de esclarecimento, eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital e seus anexos, ou sugestão visando à sua melhoria, deverão ser encaminhados por escrito à Comissão Permanente de Licitação do SESC/DR-PA, pelo e-mail: cpl@pa.sesc.com.br até 03 (três) dias úteis antes da data da sessão pública, conforme Subitem 1.5. Não sendo feito nesse prazo, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação de documentos e proposta, precluindo o direito dos licitantes a fazer qualquer reclamação posterior, nos termos do art. 25, § 2º, da Resolução nº 1.593/2024 do Sesc.

4.2. O Pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador do emissor.

4.3. Os esclarecimentos serão respondidos pelo Pregoeiro antes da data e horário de abertura da Sessão e divulgados no sistema eletrônico e/ou no site do SESC/DR-PA.

4.4. O prazo inicialmente estabelecido de abertura da Sessão será reaberto apenas se a decisão do esclarecimento afetar a formulação das propostas.

4.5. Decairá do direito de pedir esclarecimentos dos termos do Edital, a licitante que não se manifestar no prazo estipulado no Subitem 4.1.

4.6. Nenhum esclarecimento a respeito do Pregão será prestado por telefone.

5. CREDENCIAMENTO

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão Eletrônico.

5.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

5.3. O Credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.4. É de responsabilidade exclusiva do licitante o uso adequado do sistema, cabendo-lhe zelar por todas as transações efetuadas diretamente ou por seu representante.

5.5. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao SESC/DR-PA a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha ainda que por terceiros.

5.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, má correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.8. O SESC/DR-PA não é unidade cadastradora. Os licitantes interessados em participar da licitação deverão verificar no site do Comprasnet, as unidades cadastradoras do sistema para a entrega da documentação pertinente.

6. ACEITABILIDADE DOS DOCUMENTOS:

6.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema**, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e horário estabelecidos para abertura de sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. **A apresentação do SICAF NÃO EXCLUI a necessidade da apresentação de TODOS os documentos exigidos no Item 8 – HABILITAÇÃO, devendo ser enviados na forma estabelecida no Subitem 6.1 do Edital.**

6.3. Os documentos que compõem a Proposta de Preço e a Habilitação do licitante somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento o envio de lances.

6.4. Qualquer elemento que possa identificar a licitante (razão social, CNPJ e etc.), antes do encerramento da disputa de lances importará na desclassificação da sua Proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

6.5. Os documentos que forem emitidos via ambiente virtual, estarão sujeitos a posterior conferência pelo Pregoeiro referente a sua autenticidade, na página eletrônica do órgão emissor.

Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7. DA PROPOSTA DE PREÇO:

7.1. A Proposta de Preço deverá ser apresentada em papel timbrado com as informações: Razão Social, CNPJ, endereço, e-mail e telefone. Redigida de forma clara, especificando o objeto de cada ITEM/GRUPO conforme informado no Termo de Referência, não podendo conter rasuras, borrões, entrelinhas, ressalvas ou emendas, devendo estar assinada pelo representante legal da licitante na última folha e rubricada nas demais, sendo todas as folhas numeradas sequencialmente.

7.2. A Proposta de Preço deverá se limitar ao objeto desta Licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preços ou condição não previstas neste Edital.

7.3. A licitante deverá apresentar apenas uma Proposta para cada ITEM/GRUPO que escolher participar, devendo informar os valores de cada ITEM separadamente.

7.4. A Proposta de Preço deverá apresentar os valores unitários e totais anuais por ITEM/GRUPO, em algarismo e por extenso, com duas casas decimais após a vírgula, em moeda corrente nacional, incluindo, obrigatoriamente, todas as despesas com encargos sociais, tributos, desconto, emolumentos, impostos, fretes, despesas diretas e indiretas em geral e demais condições de fornecimento que sejam devidos em decorrência, direta e/ou indireta, da consecução do objeto desta licitação.

7.5. A Proposta de Preço terá validade de no mínimo de 90 (noventa) dias corridos, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

7.5.1. Caso haja o vencimento da validade da Proposta de Preço sem que a licitação tenha sido homologada, adjudicada e o contrato assinado ou documentos equivalentes, este fica automaticamente prorrogada, exceto se houver manifestação contrária formal da licitante registrada no sistema ou encaminhada para o e-mail cpl@pa.sesc.com.br, caracterizando seu declínio em continuar na licitação.

7.6. O Pregoeiro e Equipe de Apoio analisarão as Propostas de Preços encaminhadas, desclassificando aquelas que não estiverem em consonância com o estabelecido no presente Edital e Anexos, cabendo ao Pregoeiro registrar e disponibilizar a decisão no sistema eletrônico para acompanhamento em tempo real pelos licitantes.

7.7. O envio da Proposta de Preço pelos licitantes, bem como dos seus anexos pelo licitante provisoriamente vencedor, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.8. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.9. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de julgamento das propostas.

7.10. O Pregoeiro e Equipe de Apoio poderão demandar parecer técnico às demais áreas do SESC/DR-PA ou terceiros para embasar suas decisões.

7.11. O Pregoeiro desclassificará as propostas que:

a) Que não atenderem às exigências deste Edital e Anexos ou da legislação aplicável.

b) Omissas ou vagas, bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de impedir o julgamento.

c) Que impuserem condições, ressalvas, ofertas de vantagens em relação às condições estabelecidas neste Edital e Anexos ou propostas das demais licitantes.

7.12. A elaboração da Proposta de Preço é de inteira responsabilidade da licitante, não lhe cabendo a desistência, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Edital e Anexos.

7.13. É facultado ao Pregoeiro do SESC/DR-PA realizar diligências para sanar falhas formais da proposta.

7.14. Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

7.14.1. Caso o Pregoeiro entenda que o preço é inexequível, com base na realidade do mercado, deverá estabelecer prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço.

7.14.2. A empresa poderá utilizar de qualquer tipo de prova fidedigna e suficiente para demonstrar a exequibilidade do preço ofertado, a exemplo de planilhas aberta de custos, tabela de preços oficiais, cópia de contratos de objetos similares ao licitado com outras entidades, etc.

7.15. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. HABILITAÇÃO:

7.1. 8.1. Para fins de habilitação, o licitante arrematante, deverá apresentar todos os documentos indicados nos Subitens a seguir compreendendo a comprovação de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade trabalhista e regularidade fiscal.

8.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Prova de registro, no órgão competente, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social consolidado, devidamente registrado no órgão competente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- c) Ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente, na hipótese de terem sido nomeados ou eleitos em separado, sem prejuízo da apresentação dos demais documentos exigidos no item acima, alínea b ;
- d) Cédula de identidade do representante legal - RG ou CNH;
- e) Caso o representante legal tenha sido nomeado por procuração, apresentar a cópia do RG e CPF de quem outorga a Procuração.

8.1.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Deverá ser demonstrada a comprovação de fornecimento de produtos semelhantes ou similares com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que atestem o desempenho da proponente quanto à qualidade dos produtos fornecidos.

8.1.3. QUALIFICAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRA:

8.1.3.1 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, ou balanço de abertura, no caso de empresa recém-constituída, (já exigíveis e apresentados na forma de lei, registrados nos órgãos competentes) que comprovem a situação financeira da empresa (vedada a sua substituição por balancete ou balanço provisório). Esta situação será comprovada com base na obtenção dos seguintes índices contábeis:

$$1) \text{ Liquidez corrente - ILC: } \frac{AC - DA}{PC} \text{ (resultado = ou maior que 1)}$$

$$2) \text{ Liquidez Geral - ILG: } \frac{AC - DA + ARLP}{PC + PELP} \text{ (resultado = ou maior que 1)}$$

AC – Ativo Circulante

DA – Despesas Antecipadas de Curto Prazo

ARLP – Ativo Realizável a Longo Prazo

PC – Passivo Circulante

PELP – Passivo Exigível a Longo Prazo

8.1.3.2. O Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis deverão vir acompanhadas dos Termos de Abertura e de Encerramento e o memorial de cálculos. Obs: Com base no que dispõe o artigo 1078 do Código Civil: O prazo limite para apresentação do balanço patrimonial é até o final do mês de abril do exercício subsequente.

8.1.3.3. Certidões relativas à Qualificação Econômico-Financeira:

a) Certidão negativa de falência (conforme a Lei 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição inferior até 180 dias em relação à data da Licitação.

b) No caso de empresas com sede em município diverso da localização do serviço, além da certidão da alínea “a”, poderá ser solicitada relação oficial dos cartórios e escritórios distribuidores da praça da sede. Tal solicitação, se não atendida no prazo estabelecido, poderá acarretar, a critério da Comissão Permanente de Licitação, a inabilitação da empresa.

8.1.3.4. O Capital social deverá estar integralizado no momento da contratação, e sua integralização será comprovada por meio do Balanço Patrimonial do último exercício financeiro e do balancete mensal de verificação devidamente registrado

nos órgãos competentes.

8.1.4. REGULARIDADE TRABALHISTA:

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Positiva com efeito de Negativa, nos termos do § 2 do Art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

8.1.5 REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de regularidade para com a fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;
- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

8.1.5.1. Caso as certidões expedidas pelas fazendas federal, estadual, municipal, sejam POSITIVAS, o SESC/DR-PA se reserva o direito de só aceitá-las se as mesmas contiverem expressamente o efeito de NEGATIVA, nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional, passado pelo seu emitente.

8.2. A filial fica desobrigada de apresentar os documentos dos Subitens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.5 “b” e “c” desde que tenham sido apresentados pela matriz. Os demais documentos serão apresentados, **pela matriz e pela filial**, separadamente, emitidos com os respectivos CNPJ's.

8.3. Quando não constar prazo de validade em documentos exigidos para habilitação do licitante, será considerado o prazo de 120 (cento e vinte) dias corridos contados da expedição dos mesmos.

8.4. É facultado ao Pregoeiro realizar diligências para sanar falhas formais na documentação de habilitação, em qualquer fase da licitação, com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

8.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, desde que atestem condição pré-existente à época da abertura do certame ou atualizem documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de no mínimo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação (Acórdãos TCU Plenário n.º 1211/2021, n.º 2.443/2021, n.º 966/2022 e n.º 988/2022).

8.6. Quando do julgamento da habilitação o Pregoeiro poderá suprir a eventual omissão ou falha de documentos mediante consulta via internet em sites oficiais que emitam certidões online, registrando em ata a sua ocorrência, reconhecendo-lhe os efeitos para fins de habilitação.

8.6.1. As diligências mencionadas no Subitem 8.6 ficarão prejudicadas caso o acesso via internet esteja indisponível, por qualquer que seja a razão, ou as informações contidas nos referidos sites não sejam suficientes para atestar a regularidade fiscal da licitante, fato que ensejará a inabilitação da empresa e regular prosseguimento do procedimento licitatório.

8.7. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados em até 03 (três) dias úteis para a Comissão de Licitação do SESC/DR-PA, localizada na Avenida Assis de Vasconcelos n° 359, 5° andar, Campina, Belém/PA – CEP 66010-010, em envelope único, devendo conter as seguintes informações:

- Pregão Eletrônico n°
- Razão Social e CNPJ da Empresa:
- Telefone/fax:
- E-mail:

8.8. Serão inabilitadas do certame as licitantes que apresentarem documentação em desconformidade com o solicitado neste Edital e Anexos.

8.9. Caso a licitante Arrematante não atenda às exigências de habilitação, o Pregoeiro procederá com a sua inabilitação e examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

8.10. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9. FASE DE DISPUTA DE LANCES:

9.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas nas 'Disposições Iniciais' deste Edital, no site: www.comprasnet.gov.br.

9.2. Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema, Pregoeiro ou de sua desconexão.

9.3. Será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

9.3.1. No modo de disputa “aberto” a sessão pública terá duração de 10 minutos e será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos, os quais serão prorrogados de 2 (dois) em 2 (dois) minutos até que não haja mais lance, neste intervalo de tempo.

9.3.2. Quando a sessão pública encerrar sem que haja a prorrogação, ou seja, no caso de nenhum licitante ofertar lance nos 2 (dois) minutos finais, o Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, almejando o acesso à melhor proposta.

9.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de R\$ 100,00 (cem reais), incidindo tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

9.5. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

9.6. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

9.7. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

9.8. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

9.9. Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.

9.10. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento, para o ITEM/GRUPO, serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer majoração. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível ou com erro na digitação.

9.11. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.12. No caso de desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá início somente após comunicação expressa aos participantes no site: www.comprasnet.gov.br.

10. **NEGOCIAÇÃO:**

10.1. O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.3. A contraproposta deve ser respondida no prazo máximo de 20 (vinte) minutos, podendo este prazo ser prorrogado uma única vez por igual período, a critério do Pregoeiro e mediante solicitação encaminhada ao e-mail cpl@pa.sesc.com.br, antes do término do prazo oferecimento da contraproposta. Caso a contraproposta não seja respondida no prazo, o Pregoeiro registrará a recusa da contraproposta no sistema.

10.4. Não sendo compatível o preço e havendo recusa de contraproposta, o Pregoeiro recusará a proposta e direcionará a contraproposta à licitante imediatamente classificada, assim sucessivamente, até a obtenção de um preço compatível com o praticado no mercado.

10.4.1. A contraproposta será baseada no valor estimado para aquisição.

10.5. Poderá, a critério do SESC/DR-PA, ser aceita a proposta com preços superiores ao preço estimado, desde que, mediante diligência, verifique-se que as especificações do objeto proposto atendem às características mínimas do objeto licitado, não sendo excessivas e desnecessárias, bem como, seja o preço compatível com o mercado.

11. **JULGAMENTO E ENVIO DA PROPOSTA AJUSTADA:**

11.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a Proposta de Preço ajustada ao valor do último lance, podendo ser utilizado o Modelo de Proposta de Preços, constante no Anexo deste Edital, com catálogo dos produtos, bem como to dos os documentos referentes à Habilitação não anexados no momento de cadastro da proposta e documentação complementar no Anexo I, no prazo de 02 (duas) horas, contado da convocação efetuada pelo Pregoeiro por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema Comprasnet.

11.1.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado mediante solicitação encaminhada ao Pregoeiro, via chat ou para o e-mail cpl@pa.sesc.com.br, desde que solicitada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

11.2. Quando o faturamento for efetuado por filiais, tal fato deverá ser informado na Proposta de Preço Ajustada, o qual deverá também cumprir as exigências para habilitação, conforme especificado no Item 8.

11.3. Havendo discrepância entre os preços unitários e total da Proposta Ajustada do ITEM prevalecerá o valor total arrematado e, havendo discordância entre o valor total da Proposta em algarismo e o total por extenso, prevalecerá o que equivaler ao valor arrematado.

- 11.4. Todos os documentos deverão ser incluídos no sistema Comprasnet. Não serão considerados os documentos enviados por e-mail.
- 11.5. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a proposta dentro do prazo, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.
- 11.6. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.
- 11.7. É facultado ao Pregoeiro realizar diligências para sanar falhas formais da proposta a exemplo de: erros numéricos, erros de cálculo, divergência entre preços unitários, subtotais e final.
- 11.8. A Comissão poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro do SESC/DR-PA ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 11.9. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 11.10. A não apresentação da Proposta de Preços, bem como os documentos relativos à Habilitação, ou o envio em desconformidade com as exigências contidas neste Edital implicará na desclassificação e/ou inabilitação da licitante e convocação da próxima para envio de proposta no mesmo prazo. Se for necessário, esse procedimento se repetirá sucessivamente, até a apuração de uma oferta que atenda a este Edital e Anexos.
- 11.11. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora. O Pregoeiro consignará esta decisão e os eventos ocorridos em ata própria, que será disponibilizada, na qual será consignado, também, o detalhamento de todos os preços (de cada e ITEM ou da proposta).

12. RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

- 12.1. Da decisão do Pregoeiro que declarar o licitante vencedor, será aberto prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.
- 12.1.1. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.
- 12.2. O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.
- 12.3. A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões de recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.
- 12.4. Não serão aceitos, para análise, os recursos que chegarem fora do prazo previsto acima.
- 12.5. Caso a licitante tenha interesse em realizar vista aos autos do processo, deverá comparecer na sede do Departamento Regional no Pará do SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC, situado na Avenida Assis de Vasconcelos n° 359, 5° andar, Campina, Belém/PA – CEP 66010-010, com prévio agendamento enviado para o e-mail: cpl@pa.sesc.com.br.
- 12.6. Os recursos serão julgados pela Autoridade Competente ou por quem esta delegar competência.
- 12.7. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.8. Os recursos terão efeito suspensivo.

13. ADESÃO AO CADASTRO DE RESERVA:

- 13.1. Será realizado o cadastro de reserva dos licitantes que concordarem em executar o objeto da licitação pelo preço do primeiro colocado.
- 13.1.1. O cadastro de reserva tem como objetivo a contratação no caso de impossibilidade do fornecimento pelo primeiro colocado da Ata.
- 13.2. Os licitantes poderão manifestar interesse em aderir ao Cadastro de Reserva através de envio de e-mail para o endereço eletrônico cpl@pa.sesc.com.br, até 1 (um) dia útil após a convocação ou homologação do certame.
- 13.3. Os licitantes interessados deverão encaminhar o Anexo – Modelo da Declaração de Adesão ao Cadastro de Reserva, devidamente preenchido e assinado, para o e-mail cpl@pa.sesc.com.br.
- 13.3.1. O pregoeiro poderá alterar, a seu critério, o prazo para finalização do cadastro de reserva.
- 13.3.2. Não serão atendidas solicitações verbais ou por telefone.
- 13.3.3. A Comissão de Licitação não se responsabilizará por e-mail que por qualquer motivo, não for recebido.
- 13.4. Se houver mais de um licitante que aceite executar o objeto nas mesmas condições do vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.
- 13.5. A convocação dos licitantes respeitará a ordem de classificação constante na Ata de Registro de Preços, e ocorrerá, sucessivamente, no caso de impossibilidade do fornecimento pelo primeiro colocado da Ata.

13.6. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetivada apenas em caso de necessidade de convocação do licitante remanescente.

13.7. O cadastro de reservas será publicado no site do SESC/DR-PA.

14. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

14.1. Após a decisão da Autoridade Competente, o processo será encaminhado para adjudicação do objeto e homologação da licitação e posterior emissão da Ordem de Compra – OC e/ou assinatura de Contrato ou Ata de Registro de Preços.

15. RESULTADO FINAL

15.1. Após a homologação da(s) empresa(s) vencedora(s) pela Autoridade Competente do SESC/DR-PA, o resultado final será divulgado no Comprasnet e/ou no site do SESC/DR-PA.

16. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser objeto de adesão pelos Departamentos Regionais do Sesc (DR) com jurisdição em qualquer das bases territoriais correspondentes, bem como, por todo serviço social autônomo, desde que nas mesmas condições firmadas com o Sesc/DR-PA, nos termos da Resolução 1.593/2024.

16.2. As aquisições por Aderente não poderão ultrapassar 100% dos quantitativos previstos no Instrumento Convocatório.

16.3. O Aderente informará ao Gerenciador o seu interesse em aderir à Ata de Registro de Preço.

16.4. O Gerenciador indicará ao Aderente os quantitativos de bens/serviços previstos no Instrumento Convocatório, o fornecedor, as condições em que tiver sido registrado o preço e o prazo de vigência do registro.

16.5. As razões da conveniência de aderir ao registro de preço cabem ao Aderente.

16.6. O pedido de adesão ao Gerenciador e as formalizações necessárias para a contratação da aquisição de bens ou serviços pelo Aderente com o fornecedor deverão ser realizadas durante a vigência do registro de preço.

16.7. O fornecimento ao Aderente deverá observar as condições estabelecidas no registro de preço e não poderá prejudicar as obrigações assumidas com o Gerenciador e com os Aderentes anteriores.

16.8. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nele estabelecidas, optar pela aceitação ou não da prestação de serviços, desde que esta prestação não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o Gerenciador e demais participantes e, ao órgão não participante que aderir à de Registro de Preços.

16.9. Compete ao Gerenciador os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações.

17. DAS PENALIDADES

17.1. Havendo inadimplemento total ou parcial na execução do objeto contratado, o FORNECEDOR fica sujeita às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) O licitante deixará de ter seu preço registrado, conforme Art. 49 da Resolução 1.593/2024;

c) Multa de até 10% do valor do Pedido, ou Ordem de Compra ou documento equivalente;

d) Suspensão do direito de licitar e contratar com o SESC/DR-PA pelo prazo não superior a 3 (três) anos

e) Impedimento de licitar com o Sesc, em abrangência nacional, por prazo mínimo de 4 (quatro) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.2. Além do previsto no subitem 17.1, a rescisão contratual poderá ocorrer pela decretação de falência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial (conforme Lei n.º 11.101/2005), liquidação e/ou estado de insolvência de quaisquer das partes.

17.3. O descumprimento das obrigações relativas à regularidade fiscal prevista na cláusula oitava é considerado inadimplemento.

17.4. A recusa em acusar o recebimento da Ordem de Compra - OC no prazo de 03 (três) dias úteis, a partir da convocação, dará ao SESC/DR-PA o direito de suspender o licitante em até 03 (três) anos do direito de licitar e contratar com o SESC/DR-PA, e de homologar e adjudicar esta licitação aos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

17.5. Para fins de penalidade, o lance é considerado proposta.

17.6. A critério do Sesc-DR/PA, as sanções poderão ser cumulativas.

17.7. Para a aplicação das penalidades previstas neste contrato será observado o devido processo legal, que assegure ao FORNECEDOR o direito ao contraditório e à ampla defesa.

17.8. Outras penalidades estão previstas na minuta da Ata do Registro de Preço.

18. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

18.1. A Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), em vigor em todo território nacional, tem como principal objetivo garantir a transparência e regulamentação no tratamento dos dados pessoais.

18.2. Comunicamos que o SESC/DR-PA, bem como seus clientes, fornecedores e demais parceiros devem se adequar à LGPD, seguindo as devidas premissas para atingir o Compliance de forma segura e sustentável.

18.3. O SESC/DR-PA reforça seu compromisso com a transformação digital, nos termos da Legislação vigente, bem como seu apoio irrestrito e incondicional ao direito, privacidade e proteção dos dados pessoais dos titulares, aliados a transparência, segurança e regulamentação no tratamento dos dados pessoais.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. As decisões relativas a esta licitação serão comunicadas pelo sistema eletrônico do Comprasnet. Caso não seja possível, a comunicação será feita por meio do endereço eletrônico www.sesc-pa.com.br – Licitações.

19.2. O cadastramento das propostas no site do Comprasnet implica na aceitação tácita e irrestrita pelo licitante de todas as condições estabelecidas no presente Edital e em seus Anexos.

19.3. Poderão ser desclassificadas e/ou inabilitadas as empresas participantes desta licitação que, deixarem de prestar informações complementares, quando solicitadas, ou que não atenderem positivamente a diligência realizada.

19.4. Toda a documentação apresentada neste Ato Convocatório e seus Anexos são complementares entre si. Em caso de divergência entre a disposição presente no Edital e os demais documentos que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.

19.5. O Pregoeiro ou Equipe de Apoio poderá, no interesse do SESC/DR-PA em manter o caráter competitivo desta licitação, relevar omissões puramente formais nos documentos e propostas apresentados pelos licitantes.

19.6. O SESC/DR-PA se reserva o direito de cancelar unilateralmente, revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação ou anulá-la por ilegalidade, antes da formalização do CONTRATO ou documento equivalente (Ordem de Compra - OC), dando ciência aos participantes, não cabendo aos licitantes quaisquer direitos, vantagens ou reclamações a que título for, na forma da legislação vigente.

19.7. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e no mesmo local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

19.9. Quaisquer questões decorrentes da execução do objeto desta licitação serão resolvidas de acordo com a legislação vigente aplicável à espécie.

19.10. Nenhuma indenização será devida às empresas participantes pela elaboração e ou apresentação de propostas e documentações relativas ao presente Edital e seus Anexos.

19.11. A empresa licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta e seus lances, bem como de fazer o acompanhamento de todas as fases do processo.

19.12. Na contagem dos prazos estabelecidos no presente Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-á dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos aqui referidos em dia de funcionamento do SESC/DR-PA.

Belém/PA, 30 de julho de 2024.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

Registro de preço para provável aquisição de veículo, tipo caminhão de $\frac{3}{4}$ (três quartos), com compartimento de carga refrigerado e com isolamento isotérmico para suprir necessidade sistemática do Programa Sesc Mesa Brasil.

2 - JUSTIFICATIVA

O Veículo será utilizado para transporte de alimentos, obedecendo as Boas Práticas para transporte de alimentos, garantindo a propriedade de produtos sensíveis à temperatura e umidade, com a Segurança dos Alimentos.

3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

3.1 Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que ateste que a empresa licitante tenha executado, a contento, a prestação dos serviços compatíveis, em características, com aceitação de 100% (cem por cento) da quantidade total de veículos indicados deste Termo de Referência.

3.2 O instrumento convocatório requer veículos novos, zero quilometro. Para que isso possa de fato ocorrer dentro da legalidade, é necessário o atendimento da exigência de fornecimento de veículo novo apenas por fabricante ou concessionária credenciada, nos termos da Lei Nº 6.729, de 28 de novembro de 1979, conhecida como a Lei Ferrari. Em especial aos seus artigos 1º e 2º, verifica-se que veículo “zero quilometro” somente podem ser comercializados por concessionárias.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

4.1. Na Proposta Financeira deverão ser declaradas as marcas e os modelos dos veículos cotados, bem como as especificações técnicas.

4.1.1. As licitantes deverão apresentar prospectos contendo fotos, fichas técnicas e especificações detalhadas de cada veículo, em língua portuguesa, para análise do atendimento às especificações contidas neste termo de Referência.

4.1.2. Caso julgue necessário, o SESC/AR/PA, poderá solicitar a realização de test drive no veículo apresentado na Proposta Financeira.

4.2. A licitante vencedora deverá fornecer, em sua totalidade, os itens por ela cotados e especificados no Pedido de Compras devendo, ainda, estar em conformidade com a legislação vigente, em especial as normas do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.

4.3. O emplaceamento dos veículos será custeado pelo SESC/AR/PA e não deverá estar incluso no valor cotado.

4.4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
01	<p>Veículo caminhão tipo 3/4 com carroceria baú e plataforma elevatória de cargas – De fabricação nacional ou importada – 0 km (zero quilômetro) - Ano/modelo 2024/2024 – ou superior.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Com Tacógrafo digital; • Com capacidade de carga útil + carroceria mínima de 4.700 toneladas; • Com 02 (duas) portas laterais, capacidade mínima para 03 (três) passageiros incluindo motorista; • Cor Branco; • 04 cilindros mínimos; • Potência mínima de 175 CV; • Combustível: Diesel; • Tração: traseira; • Distância mínima entre eixos: 4.30m; • Banco do motorista com ajuste de altura; • 6 marchas na frente e 1 a ré; • Sistema de Freios ar, tipo a tambor: traseiros e dianteiros; • Suspensão dianteira: com rodas independentes, amortecedores hidráulicos e telescópios de dupla ação; • Suspensão Traseira: com rodas independentes, com feixe de molas parabólicas e amortecedores de dupla ação; • Ar condicionado; • Direção hidráulica; • Som com MP3 e USB; • Kit Mangueira com bico soprador; • Tomada interna 12v; • Protetor de Carter; 	01

<ul style="list-style-type: none">• Barra de proteção nas portas• Vidros elétricos;• Luz de leitura;• Apoio de cabeça no banco do motorista;• Cintos de segurança 03 pontos, motorista e passageiros;• Alça de segurança passageiro;• Pneu 215/75 no mínimo;• Rodas Aro 17,5 x 6 em aço;• Sistema de Rodoar;• Vidros climatizados;• Insulfilme 70%, vidros laterais (faixa permitida por lei no parabrisa). <p>CARROCERIA BAÚ</p> <p>Confeccionado em alumínio para transporte de carga fechada, iluminação interna e externa, faixas refletivas e demais exigências conforme Legislação vigente CONTRAN; Modelo: Carga seca Comprimento mínimo: 5.800 mm Largura: 2.200 mm</p> <p>Altura: 2.100 mm</p> <p>Sarrafo Interno: em alumínio Cor da Chapa: Alumínio</p> <p>Modelo da Chapa: Frisada</p> <p>Assoalho: Compensado Naval Marítimo Portas Traseiras: 02 portas</p> <ul style="list-style-type: none">• Portas Laterais: 01 porta <p>ESPECIFICAÇÕES DO BAÚ FRIGORÍFICO ISOTÉRMICO REFRIGERADO</p> <ul style="list-style-type: none">- Carroceria baú frigorífico original, com equipamento de refrigeração acoplado e elétrico em caminhão;- Dimensões: comprimento 5,50 x altura 2,30 x largura 2,20 m (compatível com a estrutura do chassi visando a estabilidade e segurança do veículo);- Capacidade para manter temperatura interna de 4° a 10°C;- Estrutura tipo monobloco, formada por quatro compostos por travessas da base, do teto e colunas laterais;	
---	--

<ul style="list-style-type: none">- Perfil de contorno externo, quadro dianteiro, quadro traseiro reforçados feitos de aço inoxidável ou aço carbono;- Cantoneiras de alumínio;- Travessas inferiores e longarinas reforçadas, feitos de aço inoxidável ou aço carbono, jateadas com primer anticorrosivo e com pintura;- Vedação das laterais, teto, piso e portas deverão ser vedados externa e internamente com material que bloqueie todas conexões;- Isolamento térmico, laterais, portas, teto, assoalho com isolamento térmico em poliuretano injetado de 36 kg a 42 kg/m³;- Pannel tipo sanduiche constituído por placa de fibras de vidro interna e externamente, com acabamento liso na cor branca, contendo reforço interno para fixação de aparelho de refrigeração;- Espessura isolamento térmico pannel frontal: espessura mínima de 70 mm;- Teto tipo sanduiche constituído por placa de fibras de vidro interna e externamente, com acabamento liso na cor branca;- Espessura isolamento térmico teto: espessura mínima de 100 mm;- Porta traseira: porta dupla com abertura total, em perfis de alumínio ou aço inox estruturado com reforços internos;- Pannel tipo sanduiche constituído por placa de fibras de vidro internamente, com acabamento liso na cor branca, todo contorno com perfil de borracha para garantir a vedação e com trava portas, fechaduras, varões, mancais e dobradiças em aço inox;- Porta lateral direita: porta com abertura total, em perfis de alumínio ou aço inox estruturado com reforços internos, pannel tipo sanduiche constituído por placa de fibras de vidro interna e externamente, com acabamento liso na cor branca, todo com perfil de borracha para garantir a vedação e com trava portas, fechaduras, varões mancais e dobradiças em aço inox;- Espessura isolamento térmico paineis portas: espessura mínima de 70mm;- Assoalho: pannel tipo sanduiche constituído por placa de fibras interna ou lâmina plástica, compensado naval com mínimo de 12 mm;- Espessura isolamento térmico assoalho: espessura mínima de 100 mm;- Piso: de alumínio canaletado trapezoidal antiderrapante e com resistência para a movimentação de cargas e de pessoas, 02 drenos dianteiros e 02 drenos traseiros;- Internamente deverá conter rodapé nas paredes de alumínio com mínimo de 300 mm e 600	
---	--

<p>mm na frontal;</p> <ul style="list-style-type: none">- 02 trilhos logísticos em cada lateral com 3 barras trava paletes; cortinas plásticas: todas as portas; escada simples retrátil com 03 degraus p/ acesso ao baú, fixados e pintados conforme legislação vigente;- Estribo lateral para acesso ao baú pela lateral, para-lamas;- Caixa de ferramentas com fechadura; batente traseiro: de borracha maciça;- Para choque traseiro de acordo com a resolução 152/03 – contran;- Adesivo faixa reflexiva no para- choque;- Iluminação externa conforme legislação Contran 680/87;- Iluminação interna em led com protetor e interruptor interno na entrada do baú;- Protetor lateral (ciclista) conforme Resolução 323/09 – contran;- Equipamentos de refrigeração instalado no baú. <p>ACESSÓRIOS</p> <p>01 Caixa de ferramentas 02 Lameiros 02 Borrachas para lameiros</p> <p>Elevador de cargas instalado traseira do conjunto chassi com os seguintes requisitos mínimos: Capacidade de Carga</p> <ul style="list-style-type: none">• Máxima de 600 kg a 600 mm e capacidade de tráfego, com a extremidade da mesa apoiada, de 1000kg. <p>Mesa</p> <ul style="list-style-type: none">• Com piso em chapa de aço corrugada anti-derrapante (Pé de galinha), com estrutura em perfis triangulares soldados, medindo 2000 mm de largura e 1500 mm de comprimento. Rodízios para reduzir o atrito com o solo. Bandeiras para sinalizar a mesa na posição aberta. <p>Funcionamento</p> <ul style="list-style-type: none">• Através de 2 cilindros hidráulicos, sendo 1 para a elevação e 1 para a inclinação da mesa, com limitador de curso para a inclinação negativada mesa em 10°. Sistema de final de curso superior mecânico, fixado à estrutura do caminhão, para garantir o alinhamento operacional da mesa com o piso do caminhão, inclusive com a carga máxima. <p>Acionamento</p>	
--	--

	<ul style="list-style-type: none"> • Através de moto bomba eletro-hidráulica 12 VDC 24VDC, conectada ao sistema elétrico original do veículo, de forma que permita o funcionamento do equipamento com o motor do veículo desligado. Chave geral incorporada na unidade eletro-hidráulica, com chave removível. <p>Sistema Hidráulico</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comando hidráulico através de alavancas removíveis ou opcionalmente através de botoeira simples ou dupla (inclusive com controle remoto) de que permita a operação de carga/descarga por somente um operador. Válvula de segurança incorporada que para evitar a sobrecarga do equipamento. • Conjunto de reservatório/moto bomba fixado sob a lateral da carroçaria, equipado com visor de nível e bocal de abastecimento/respiro. • Cilindros hidráulicos de simples efeito, com sistema construtivo, com haste com camada de cromo duro e retificada, camisa em tubo trefilado sem costura e brunido. Características Construtivas • Estrutura em chapas de aço especial, dobrados e soldados por processo MIG. • Embuchamento em material sintético • Pintura de acabamento em esmalte sintético com fundo anticorrosivo, na cor preto. <p>Trava de Transporte</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistema mecânico, que trava o equipamento na posição de transporte. <p>Veículos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Para instalação em veículos com P.B.T. mínimo de 5.000 kg. Sistema de instalação • Fixada ao conjunto chassi e quadro auxiliar da carroçaria através de sistema aparafusado, adaptável a várias bitolas de chassi, com conjunto de quadro e cilindros externos ao chassi do veículo, atendendo as normas dos fabricantes dos veículos. • Espaço para Instalação • Balanço traseiro reduzido, isto é, distância mínima disponível entre a extremidade traseira da carroçaria e o suporte de molas traseiro, neste caso de 950 mm. • Largura máxima / mínima do chassi: Para instalação em veículos com largura externa do chassi máxima de 1000 mm e mínima de 850 mm. • Altura de Operação: Curso máximo de elevação de 1300 mm. • Pára-choque: Sistema incorporado ao equipamento. Autorizado pelo DENATRAN, conforme inciso V do art. 2º da Resolução CONTRAN nº 152/03 – “isento do pára-choque” - PORTARIA Nº 22, DE 	
--	--	--

17/11/ 2004	
<ul style="list-style-type: none">• Legislação: possuir as faixas refletivas que atendam a portaria Denatran n.º 03 de 21/01/2002, para-choque que atenda a resolução Contran n.º 805/95 e atenda a NBR 9762.• Certificado de Capacitação Técnica - CCT n.º 002/2002 e o Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito – CAT n.º 0012/02, emitido pelo Denatran.	
Peso Próprio	
<ul style="list-style-type: none">• De 350 kg (aprox. total instalada). Opcionais• Rebaixos para travar as rodas dos carrinhos na mesa;• Aba lateral, para carga/descarga pelas laterais da mesa;• Comando com botoeira dupla, inclusive com controle remoto;• Alarme sonoro de sobrecarga ou de operação;• Válvulas contra ruptura de mangueiras; Sistema de trava do conjunto de elevação para o carregamento em docas.	

5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1 O critério de julgamento adotado será o menor preço, sendo observadas todas as exigências contidas neste Termo de Referência quanto às especificações do objeto.

6. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1. O prazo para entrega do objeto licitado será de, no máximo, 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento no Pedido de Compras.

6.2. A entrega do veículo deverá ser efetuada em dias úteis, no horário de expediente, das 09h às 12h e 14h às 18h, na Avenida Assis de Vasconcelos nº 359, Bairro Campina – Cep: 66010-010 Belém Pará, com prévio agendamento, pelos telefones (91) 4005-9585 e (91) 4005-9595.

6.3. O veículo deverá ser entregue revisado e limpo de acordo com as normas do fabricante.

7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

7.1. O recebimento do objeto desta contratação será realizado da seguinte forma:

Provisoriamente, assim que efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações;

Definitivamente, até 10 (dez) dias úteis da entrega, após verificação da qualidade e quantidade do veículo e conseqüente aceitação.

7.2. No caso de consideradas insatisfatórias as condições do veículo recebido provisoriamente, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o veículo ser recolhido e substituído.

7.3. Após a notificação à CONTRATADA, o prazo decorrido até então será desconsiderado, iniciando-se nova contagem tão logo sanada a situação.

7.3.1. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas no edital.

7.4. O recebimento provisório e definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução e dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

7.4.1. Veículo e demais componentes de acordo com a Especificação Técnica contidas neste Termo de Referência e na Proposta Comercial vencedora;

7.4.2. Entrega no prazo, local e horários previsto.

7.5. O recebimento definitivo dar-se-á:

7.5.1. Após verificação física que constate a integridade do produto;

7.5.2. Após verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E PRAZO DE GARANTIA

8.1. A contratada se obriga, dentro do prazo de 12 (doze meses) meses para o objeto especificado no item 1, a prestar garantia contra defeito e vícios de fabricação, sem qualquer ônus adicional para o Sesc, contados a partir do seu recebimento definitivo.

8.1.1. No caso de defeito(s) em peça(s) e se, conseqüentemente, houver a sua substituição, a garantia será contada a partir da nova data da substituição da(s) peça(s) defeituosa(s).

8.2. A contratada deverá dispor de assistência técnica autorizada/credenciada em todo território nacional.

8.3. A contratada declarada vencedora, deverá, quando da apresentação da proposta, indicar o(s) nome(s) da(s) empresa(s) credenciada/autorizada pelo fabricante do veículo, no Pará, para prestação dos serviços em garantia dos veículos.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização ficará a cargo da Coordenação do Programa Sesc Mesa Brasil, por meio do servidor designado, que também será responsável pelo recebimento.

9.2. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

9.3. Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da contratada, os titulares da fiscalização deverão, de imediato, comunicar por escrito ao órgão de administração da CONTRATANTE, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei, no Edital e no Termo de Referência, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.

10. DADOS PARA FATURAMENTO

- ✓ Serviço Social do Comércio Sesc Pará
- ✓ CNPJ: 03.593.364/0001-10

11. PAGAMENTO

11.1 O pagamento decorrente da concretização do objeto será efetuado, em até 10 (dez) dias úteis, mediante nota fiscal e verificação da regularidade estabelecida neste Termo de Referência.

12. AS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.

12.2. Evitar o emprego de acessórios impróprios ou de qualidade inferior, não podendo tal fato ser invocado para justificar cobrança adicional a qualquer título;

12.3. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causados por seus empregados, ou representantes, direta e indiretamente, ao adquirente ou a terceiros, inclusive aos decorrentes de serviços ou aquisições com vícios ou defeitos, constatáveis nos prazos da garantia, mesmo expirado o prazo;

12.4. Efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da Proposta Vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;

12.5. Designar profissional responsável pela entrega do objeto;

12.6. Assumir todos os possíveis danos, tanto físicos, quanto materiais, causados por seus empregados ou representantes, ao Sesc e/ou terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do objeto licitado;

- 12.7. Arcar com todas as despesas relativas à entrega dos bens, inclusive, as relativas ao seu transporte.
- 12.8. Observar as normas legais de segurança que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados.
- 12.9. Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.
- 12.10. Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço.
- 12.11. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e no Termo de Referência.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 13.1. Permitir o acesso de fornecimento da CONTRATADA, aos locais de entrega, respeitadas as normas que disciplinam a segurança do patrimônio e das pessoas
- 13.2. Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA.
- 13.3. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.
- 13.4. Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento do objeto desta Contratação;
- 13.5. Efetuar o pagamento na forma ajustada neste Instrumento e no Contrato;
- 13.6. Cumprir com as demais obrigações constantes do Edital e neste Termo de Referência.

14. DAS PENALIDADES

- 14.1. Havendo inadimplemento total ou parcial na execução do objeto contratado, o FORNECEDOR fica sujeita às seguintes penalidades:
 - a) Advertência;
 - b) O licitante deixará de ter seu preço registrado, conforme Art. 49 da Resolução 1.593/2024;
 - c) Multa de até 10% do valor do Pedido, ou Ordem de Compra ou documento equivalente;
 - d) Suspensão do direito de licitar e contratar com o SESC/DR-PA pelo prazo não superior a 3 (três) anos
 - e) Impedimento de licitar com o Sesc, em abrangência nacional, por prazo mínimo de 4 (quatro) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 14.2. Além do previsto no subitem 14.1, a rescisão contratual poderá ocorrer pela decretação de falência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial (conforme Lei n.º 11.101/2005), liquidação e/ou estado de insolvência de quaisquer das partes.
- 14.3. O descumprimento das obrigações relativas à regularidade fiscal prevista na cláusula oitava é considerado inadimplemento.
- 14.4. A recusa em acusar o recebimento da Ordem de Compra - OC no prazo de 03 (três) dias úteis, a partir da convocação, dará ao SESC/DR-PA o direito de suspender o licitante em até 03 (três) anos do direito de licitar e contratar com o SESC/DR-PA, e de homologar e adjudicar esta licitação aos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

14.5. Para fins de penalidade, o lance é considerado proposta.

14.6. A critério do Sesc-DR/PA, as sanções poderão ser cumulativas.

14.7. Para a aplicação das penalidades previstas neste contrato será observado o devido processo legal, que assegure ao FORNECEDOR o direito ao contraditório e à ampla defesa.

14.8. Outras penalidades estão previstas na minuta da Ata do Registro de Preço

15. CONDIÇÕES GERAIS

15.1 O Serviço Social do Comércio – Sesc reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer veículo em desacordo com o previsto neste Termo de Referência, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto.

15.2 O Serviço Social do Comércio – Sesc tem ampla isenção fiscal, conforme determina os artigos 12 e 13 da Lei 2.613/55

16. FISCAIS DE CONTRATO

16.1. A unidade responsável pela fiscalização e acompanhamento será a Setor de Patrimônio e Coordenação do Programa Mesa Brasil do Sesc/DR-PA.

16.2. NEDSON TEIXEIRA PEREIRA

16.3. ELIANE DA COSTA AMORIM

17. SETOR RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

Coordenação do Programa Mesa Brasil Sesc

Belém, 26 de junho de 2024.

\

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA

(Papel timbrado da licitante, razão social, CNPJ, telefone, e-mail e endereço)

Especificação dos objetos e quantitativos:

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	MARCA/ MODELO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
01	<p>Veículo caminhão tipo 3/4 com carroceria baú e plataforma elevatória de cargas</p> <p>– De fabricação nacional ou importada – 0 km (zero quilômetro) - Ano/modelo 2024/2024 – ou superior.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Com Tacógrafo digital; • Com capacidade de carga útil + carroceria mínima de 4.700 toneladas; • Com 02 (duas) portas laterais, capacidade mínima para 03 (três) passageiros incluindo motorista; • Cor Branco; • 04 cilindros mínimos; • Potência mínima de 175 CV; • Combustível: Diesel; • Tração: traseira; • Distância mínima entre eixos: 4.30m; • Banco do motorista com ajuste de altura; • 6 marchas na frente e 1 a ré; • Sistema de Freios ar, tipo a tambor: traseiros e dianteiros; • Suspensão dianteira: com rodas independentes, amortecedores hidráulicos e telescópios de dupla ação; • Suspensão Traseira: com rodas independentes, com feixe de molas parabólicas e amortecedores de dupla ação; • Ar-condicionado; 	01			

<ul style="list-style-type: none">• Direção hidráulica;• Som com MP3 e USB;• Kit Mangueira com bico soprador;• Tomada interna 12v;• Protetor de Carter;• Barra de proteção nas portas• Vidros elétricos;• Luz de leitura;• Apoio de cabeça no banco do motorista;• Cintos de segurança 03 pontos, motorista e passageiros;• Alça de segurança passageiro;• Pneu 215/75 no mínimo;• Rodas Aro 17,5 x 6 em aço;• Sistema de Rodoar;• Vidros climatizados;• Insulfilme 70%, vidros laterais (faixa permitida por lei no parabrisa). <p>CARROCERIA BAÚ</p> <p>Confeccionado em alumínio para transporte de carga fechada, iluminação interna e externa, faixas refletivas e demais exigências conforme Legislação vigente CONTRAN; Modelo: Carga seca Comprimento mínimo: 5.800 mm Largura: 2.200 mm Altura: 2.100 mm Sarrafo Interno: em alumínio Cor da Chapa: Alumínio Modelo da Chapa: Frisada Assoalho: Compensado Naval Marítimo Portas Traseiras: 02 portas</p> <ul style="list-style-type: none">• Portas Laterais: 01 porta				
--	--	--	--	--

	<p>ESPECIFICAÇÕES DO BAÚ FRIGORÍFICO ISOTÉRMICO REFRIGERADO</p> <ul style="list-style-type: none">- Carroceria baú frigorífico original, com equipamento de refrigeração acoplado e elétrico em caminhão;- Dimensões: comprimento 5,50 x altura 2,30 x largura 2,20 m (compatível com a estrutura do chassi visando a estabilidade e segurança do veículo);- Capacidade para manter temperatura interna de 4° a 10°C;- Estrutura tipo monobloco, formada por quatro compostos por travessas da base, do teto e colunas laterais;- Perfil de contorno externo, quadro dianteiro, quadro traseiro reforçados feitos de aço inoxidável ou aço carbono;<ul style="list-style-type: none">- Cantoneiras de alumínio;- Travessas inferiores e longarinas reforçadas, feitos de aço inoxidável ou aço carbono, jateadas com primer anticorrosivo e com pintura;<ul style="list-style-type: none">- Vedação das laterais, teto, piso e portas deverão ser vedados externa e internamente com material que bloqueie todas conexões;- Isolamento térmico, laterais, portas, teto, assoalho com isolamento térmico em poliuretano injetado de 36 kg a 42 kg/m³;- Pannel tipo sanduiche constituído por placa de fibras de vidro interna e externamente, com acabamento liso na cor branca, contendo reforço interno para fixação de aparelho de refrigeração;- Espessura isolamento térmico painel frontal: espessura mínima de 70 mm;- Teto tipo sanduiche constituído por placa de fibras de vidro interna e externamente, com acabamento liso na cor branca;- Espessura isolamento térmico teto: espessura mínima de 100 mm;- Porta traseira: porta dupla com abertura total, em perfis de alumínio ou aço inox estruturado com reforços internos;- Pannel tipo sanduiche constituído por placa de fibras de vidro internamente, com acabamento liso na cor branca, todo contorno com perfil de borracha para garantir a vedação e com trava portas,				
--	--	--	--	--	--

<p>fechaduras, varões, mancais e dobradiças em aço inox;</p> <ul style="list-style-type: none">- Porta lateral direita: porta com abertura total, em perfis de alumínio ou aço inox estruturado com reforços internos, painel tipo sanduiche constituído por placa de fibras de vidro interna e externamente, com acabamento liso na cor branca, todo com perfil de borracha para garantir a vedação e com trava portas, fechaduras, varões mancais e dobradiças em aço inox;- Espessura isolamento térmico painéis portas: espessura mínima de 70mm;- Assoalho: painel tipo sanduiche constituído por placa de fibras interna ou lâmina plástica, compensado naval com mínimo de 12 mm;- Espessura isolamento térmico assoalho: espessura mínima de 100 mm;- Piso: de alumínio canaletado trapezoidal antiderrapante e com resistência para a movimentação de cargas e de pessoas, 02 drenos dianteiros e 02 drenos traseiros;- Internamente deverá conter rodapé nas paredes de alumínio com mínimo de 300 mm e 600 mm na frontal;- 02 trilhos logísticos em cada lateral com 3 barras trava paletes;- cortinas plásticas: todas as portas; escada simples retrátil com 03 degraus p/ acesso ao baú, fixados e pintados conforme legislação vigente;- Estribo lateral para acesso ao baú pela lateral, para-lamas;- Caixa de ferramentas com fechadura; batente traseiro: de borracha maciça;- Para choque traseiro de acordo com a resolução 152/03 – contran;- Adesivo faixa reflexiva no para- choque;- Iluminação externa conforme legislação Contran 680/87;- Iluminação interna em led com protetor e interruptor interno na entrada do baú;- Protetor lateral (ciclista) conforme Resolução 323/09 – contran;- Equipamentos de refrigeração instalado no baú.				
---	--	--	--	--

<p>ACESSÓRIOS</p> <p>01 Caixa de ferramentas 02 Lameiros</p> <p>02 Borrachas para lameiros</p> <p>Elevador de cargas instalado traseira do conjunto chassi com os seguintes requisitos mínimos:</p> <p>Capacidade de Carga</p> <ul style="list-style-type: none">• Máxima de 600 kg a 600 mm e capacidade de tráfego, com a extremidade da mesa apoiada, de 1000kg. <p>Mesa</p> <ul style="list-style-type: none">• Com piso em chapa de aço corrugada anti-derrapante (Pé de galinha), com estrutura em perfis triangulares soldados, medindo 2000 mm de largura e 1500 mm de comprimento. Rodízios para reduzir o atrito com o solo. Bandeirolas para sinalizar a mesa na posição aberta. <p>Funcionamento</p> <ul style="list-style-type: none">• Através de 2 cilindros hidráulicos, sendo 1 para a elevação e 1 para a inclinação da mesa, com limitador de curso para a inclinação negativada mesa em 10°. Sistema de final de curso superior mecânico, fixado à estrutura do caminhão, para garantir o alinhamento operacional da mesa com o piso do caminhão, inclusive com a carga máxima. <p>Acionamento</p> <ul style="list-style-type: none">• Através de moto bomba eletro-hidráulica 12 VDC 24VDC, conectada ao sistema elétrico original do veículo, de forma que permita o funcionamento do equipamento com o motor do veículo desligado. <p>Chave geral incorporada na unidade eletro-hidráulica, com chave removível.</p> <p>Sistema Hidráulico</p> <ul style="list-style-type: none">• Comando hidráulico através de alavancas removíveis ou opcionalmente através de botoeira simples ou dupla (inclusive com controle remoto) de que				
--	--	--	--	--

<p>permita a operação de carga/descarga por somente um operador. Válvula de segurança incorporada que para evitar a sobrecarga do equipamento.</p> <ul style="list-style-type: none">• Conjunto de reservatório/moto bomba fixado sob a lateral da carroçaria, equipado com visor de nível e bocal de abastecimento/respiro.• Cilindros hidráulicos de simples efeito, com sistema construtivo, com haste com camada de cromo duro e retificada, camisa em tubo trefilado sem costura e brunido. Características Construtivas• Estrutura em chapas de aço especial, dobrados e soldados por processo MIG.• Embuchamento em material sintético• Pintura de acabamento em esmalte sintético com fundo anticorrosivo, na cor preto. <p>Trava de Transporte</p> <ul style="list-style-type: none">• Sistema mecânico, que trava o equipamento na posição de transporte. <p>Veículos</p> <ul style="list-style-type: none">• Para instalação em veículos com P.B.T. mínimo de 5.000 kg. Sistema de instalação• Fixada ao conjunto chassi e quadro auxiliar da carroçaria através de sistema aparafusado, adaptável a várias bitolas de chassi, com conjunto de quadro e cilindros externos ao chassi do veículo, atendendo as normas dos fabricantes dos veículos.• Espaço para Instalação• Balanço traseiro reduzido, isto é, distância mínima disponível entre a extremidade traseira da carroçaria e o suporte de molas traseiro, neste caso de 950 mm.• Largura máxima / mínima do chassi: Para instalação em veículos com largura externa do chassi máxima de 1000 mm e mínima de 850 mm.• Altura de Operação: Curso máximo de elevação de 1300 mm.• Para-choque: Sistema incorporado ao equipamento. Autorizado pelo DENATRAN, conforme inciso V do art. 2º da Resolução CONTRAN nº 152/03 – “isento do para-choque” - PORTARIA Nº 22, DE 17/11/ 2004• Legislação: possuir as faixas refletivas que atendam a portaria Denatran n.º 03 de 21/01/2002, para-choque que atenda a resolução Contran				
--	--	--	--	--

n.º 805/95 e atenda a NBR 9762. • Certificado de Capacitação Técnica - CCT n.º 002/2002 e o Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito – CAT n.º 0012/02, emitido pelo Denatran. Peso Próprio • De 350 kg (aprox. total instalada). Opcionais • Rebaixos para travar as rodas dos carrinhos na mesa; • Aba lateral, para carga/descarga pelas laterais da mesa; • Comando com botoeira dupla, inclusive com controle remoto: • Alarme sonoro de sobrecarga ou de operação; Válvulas contra ruptura de mangueiras; Sistema de trava do conjunto de elevação para o carregamento em docas.				
TOTAL.....				

TOTAL GERAL	
-------------------	--

2. Nos valores acima propostos foram mencionadas todas as informações constantes do Edital do Processo Licitatório Pregão n.º 24/0032-PG e seus Anexos.
3. Os valores constantes na proposta estão de acordo com os preços praticados no mercado e foram consideradas todas as despesas com salários, encargos sociais, tributos, descontos, emolumentos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, contribuições fiscais e para fiscais, uniformes, administração, mão-de-obra, transporte e demais despesas incidentes direta e indiretamente no fornecimento do objeto desta licitação, inclusive lucro.
4. O prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias.
5. Dados Bancários: Banco ___-Agência n.º _____-Conta Corrente n.º _____.
6. Razão Social, CNPJ, telefone para contato e endereço da licitante.
7. Condições de Pagamento: Em até 10 (dez) dias úteis, após a entrega, mediante apresentação de nota fiscal e recibo devidamente atestado.
8. Prazo de entrega: Conforme Anexo I – Termo de Referência, do Edital
9. Local de Descarga e entrega: Conforme Unidades do SESC DR/PA listadas no Anexo I – Termo de Referência, do Edital.

Cidade, UF, _____ de _____ de xxxx

Assinatura do representante legal
Nome legível e por extenso

Observações:

1. Este modelo de proposta se destina a facilitar ao licitante a elaboração de sua Proposta Comercial, sendo que o conteúdo aqui previsto são informações mínimas que deverão estar contidos na proposta face as exigências previstas no edital, não devendo ser entendido como um modelo obrigatório de apresentação da mesma;
2. A licitante poderá inserir em sua proposta informações adicionais que achar necessária, desde que não contrariem nenhum dispositivo previsto no edital;
3. Caso a licitante encontre divergência entre o modelo de proposta fornecido pelo Sesc e algum dispositivo contido no edital ou anexos deverá comunicar imediatamente a Comissão Permanente de Licitação.
4. O Sesc Pará é uma empresa ISENTA/IMUNE, NÃO contribuinte do ICMS. O Recolhimento da diferença de alíquotas é de responsabilidade do remetente, conforme art.155, letra "b" do inciso VIII da CF - Consulta disponível no site do Sintegra: www.sintegra.gov.br.

ANEXO III
MODELO DA DECLARAÇÃO DE ADESÃO AO CADASTRO DE RESERVA

Ref.: Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº __/____-PG

A Empresa (inserir razão social), inscrita no CNPJ sob o n.º (inserir número), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) (inserir nome), portador(a) da Carteira de Identidade n.º (inserir número e órgão emissor) e do CPF n.º (inserir número), DECLARA seu interesse na adesão ao Cadastro de Reserva do processo em epígrafe, de acordo com o disposto no item 13 do Edital.

Inserir local e data

(Nome do representante legal da empresa)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/0032-PG

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXXX

Aos _____ dias do mês _____ de _____, na sede do **Serviço Social do Comércio, Administração Regional no Estado do Pará**, situada na Avenida Assis de Vasconcelos, nº 359, Edifício Orlando Lobato 6º andar, na cidade de Belém/PA, CEP 66010-010, nos termos da Resolução Sesc/CN nº 1.593/2024 de 02/05/2024, conforme julgamento do **Processo Licitatório Pregão Eletrônico Sesc/PA nº 24/0032-PG**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, o(a) Sr(a). XXXX do Sesc/DR/PA, XXXXX, nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXX, CPF nº XXXXXX, residente e domiciliada(o) nesta cidade de XXXX, doravante denominado, resolve firmar o presente instrumento, objetivando registrar os preços dos produtos discriminados neste instrumento, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços para eventual aquisição de veículo $\frac{3}{4}$ com compartimento de carga refrigerado e com isolamento isotérmico para suprir necessidade sistemática do Programa Sesc Mesa Brasil, conforme valores e quantidades constantes na planilha contida na Cláusula Terceira deste instrumento e de acordo com o especificado no Anexo I e na Proposta de Preços do **Pregão Eletrônico Sesc/PA nº 24/0032-PG**.

1.2 O quantitativo total o qual consta na Cláusula Terceira deste instrumento, poderá ou não ser adquirido pelo Sesc/PA, o qual será feito de acordo com as necessidades verificadas ao longo da vigência da presente Ata, sendo definidos nos respectivos Pedidos ao Fornecedor.

1.2.1 Esta Ata vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA CLÁUSULA INTEGRANTE E DE PREVALÊNCIA

2.1 Constituem partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição, as condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 24/0032-PG e seus anexos e/ou adendos, inclusive a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação apresentados pela licitante vencedora do certame.

2.2 Havendo contradição entre os referidos documentos prevalecerá conforme a ordem de precedência destes, de cima para baixo:

2.2.1 Ata de Registro de Preços.

2.2.2 Edital e Anexos e/ou Adendos.

2.2.3 Proposta Comercial.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 Fornecedor autor do menor preço registrado:

Razão Social: XXXXX

CNPJ: XXXXX

Endereço: XXXXX

CEP XXXXX

Telefone: XXXX

E-mail: XXXX

Representante legal: XXXX
Carteira de Identidade: XXXX
CPF: XXXXXX

Especificações Técnicas e quantitativo do Item Registrado:

ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	QUANT./UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	VEÍCULO CAMINHÃO TIPO ¾	-CARROCERIA BAÚ E PLATAFORMA ELEVATÓRIA DE CARGAS- DE FABRICAÇÃO NACIONAL OU IMPORTADA- O KM- ANO/MODELO 2024/2024-OU SUPERIOR. -COM TACÓGRAFO DIGITAL; -COM CAPACIDADE DE CRAGA ÚTIL = CARROCERIA MÍNIMA DE 4.700 (QUATRO MIL E SETECENTOS) TONELADAS; - COM 02 (DUAS) PORTAS LATERAIS, CAPACIDADE MÍNIMA PARA 03 (TRÊS) PASSAGEIROS INCLUINDO MOTORISTA; -COR BRANCO; - 4 CILINDROS MÍNIMOS; -POTÊNCIA MÍNIMA DE 175 CV; - COMBUSTÍVEL: DIESEL; - TRAÇÃO: TRASEIRA; - DISTÂNCIA MÍNIMA ENTRE EIXOS: 4,30M; - BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE DE ALTURA; - 6 MARCHAS NA FRENTE E 1 A RÉ; - SISTEMA DE FREIOS, AR, TIPO TAMBOR, TRASEIROS E DIANTEIROS; - SUSPENSÃO DIANTEIRA COM RODAS INDEPENDENTES, COM FEIXE DE MOLAS PARABÓLICAS E AMORTECEDORES DE DUPLA AÇÃO; - AR CONDICIONADO; - DIREÇÃO HIDRAÚLICA; -SOM COM MP3 E USB; - KIT MANGUEIRA COM BICO SOPRADOR; - TOMADA INTERNA 12V; -PROTETOR DE CARTER; - BARRA DE PROTEÇÃO NAS PORTAS; - VIDROS ELÉTRICOS; - LUZ DE LEITURA; - APOIO DE CABEÇA NO BANCO DO MOTORISTA; - CINTOS DE SEGURANÇA 03 PONTOS, MOTORISTA E	1 UNID.		

		<p>PASSEIROS; -ALÇA DE SEGURANÇA PASSEIRO; -PNEU 215/75 NO MÍNIMO; -RODAS ARO 17,5 X 6 EM AÇO; -SISTEMA DE RODOAR; -VIDROS CLIMATIZADOS; -INSULFILME 70%, VIDROS LATERIAS (FAIXA PERMITIDA POR LEI NO PARABRISA)</p> <p>CARROCERIA BAÚ CONFECCIONADO EM ALUMÍNIO PARA TRANSPORTE DE CARGA FECHADA; ILUMINAÇÃO INTERNA E EXTERNA, FAIXAS REFLEXIVAS E DEMAIS EXIGÊNCIAS CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE DO CONTRAN; MODELO CARGA SECA, COMPRIMENTO MÍNIMO 5.800 MM E LARGURA 2.200 MM, SARRAFO INTERNO EM ALUMÍNIO, COR DA CHAPA ALUMÍNIO, MODELO DA CHAPA FRISADA, ASSOALHO COMPENSADO NAVAL MARÍTIMO, 02 (DUAS) PORTAS TRASEIRAS E 1 (UMA) PORTA LATERAL.</p> <p>ESPECIFICAÇÕES DO BAÚ FRIGORÍFICO ISOTÉRMICO REFRIGERADO -CARROCERIA BAÚ FRIGORÍFICO ORIGINAL, COM EQUIPAMENTO DE REFERIGERAÇÃO ACOPLADO E ELÉTRICO EM CAMINHÃO; -DIMENSÕES: COMPRIMENTO 5,50 X ALTURA 2,30 X LARGURA 2,20M (COMPATÍVEL COM A ESTRUTURA DO CHASSI VISANDO A ESTABILIDADE E SEGURANÇA DO VEÍCULO); - CAPACIDADE PARA MANTER A TEMPERATURA INTERNA DE 4º A 10º C; -ESTRUTURA TIPO MONOBLOCO, FORMADA POR QUATRO COMPOSTOS POR TRAVESSAS DA BASE, DO TETO E COLUNAS LATERAIS; -PERFIL DE CONTORNO EXTERNO, QUANDRO DIANTEIRO, QUADRO TRASEIRO REFORÇADOS FEITOS DE AÇO INOXÍDAVEL OU AÇO CARBONO;</p>			
--	--	--	--	--	--

		<p>-CANTONEIRAS DE ALUMÍNIO; -TRAVESSAS INFERIORES E LONGARINAS REFORÇADAS, FEITOS DE AÇO INOXIDÁVEL OU AÇO CARBONO, JATEADAS COM PRIMER ANTICORROSIVO E COM PINTURA; -VEDAÇÃO NAS LATERAIS, TETO, PISO E PORTAS DEVERÃO SER VEDADOS EXTERNAS E INTERNAMENTE COM MATERIAL QUE BLOQUEIE TODAS AS CONEXÕES; -ISOLAMENTO TÉRMICO, LATERAIS, PORTAS, TETO, ASSOALHO COM ISOLAMENTO TÉRMICO EM POLIURETANO INJETADO DE 36 KG A 42 KG/M3; -PAINEL TIPO SANDUICHE CONSTITUIDO POR PLACA DE FIBRAS DE VIDRO INTERNA E EXTERNAMENTE, COM ACABAMENTO LISO NA COR BRANCA, CONTENDO REFORÇO INTERNO PARA FIXAÇÃO DE APARELHO DE REFRIGERAÇÃO; -ESPESSURA ISOLAMENTO TÉRMICO PAINEL FRONTAL:ESPESSURA MÍNIMA DE 70 MM; -TETO TIPO SANDUICHE CONSTITUIDO POR PLACA DE FIBRAS DE VIDRO INTERNA E EXTERNAMENTE, COM ACABAMENTO LISO NA COR BRANCA; - ESPESSURA ISOLAMENTO TÉRMICO TETO: ESPESSURA MÍNIMA 100MM; -PORTA TRASEIRA:PORTA DUPLA COM ABERTURA TOTAL, EM PERFIS DE ALUMÍNIO OU AÇO INOX ESTRUTURADO COM REFORÇOS INTERNOS; -PAINEL TIPO SANDUICHE CONSTITUIDO POR PLACA DE FIBRAS DE VIDRO INTERNAMENTE, COM ACABAMENTO LISO NA COR BRANCA, TODO CONTORNO COM PERFIL DE BORRACHA PARA GARANTIR A VEDAÇÃO E COM TRAVA, PORTAS, FECHADURAS, VARÕES, MANCAIS E DOBRADIÇAS EM AÇO INOX; -PORTA LATERAL: PORTA COM ABERTURA TOTAL, EM PERFIS DE ALUMÍNIO OU AÇO INOX</p>			
--	--	---	--	--	--

		<p>ESTRUTURADO COM REFORÇOS INTERNOS, PAINEL TIPO SANDUICHE CONSTITUÍDO POR PLACA DE FIBRAS DE VIDRO INTERNA E EXTERNAMENTE, COM ACABEMNTTO LISO NA COR BRANCA, TODO COM PARFIL DE BORRACHA PARA GARANTIR A VEDAÇÃO E COM TRAVA PORTAS, FECHADURAS, VARÕES MANCAIS E DOBRADIÇAS EM AÇO INOX;</p> <p>-ESPESSURA ISOLAMENTO TÉRMICO ASSOALHO: ESPESSURA MINÍMA DE 70MM;</p> <p>-ASSOALHO:PAINEL TIPO SANDUICHE CONSTITUÍDO POR PLACA DE FIBRAS INTERNA OU LÂMINA PLÁSTICA, COMPENSADO NAVAL COM MINÍMO 12MM;</p> <p>-ESPESSURA ISOLAMENTO TÉRMICO ASSOALHO:ESPESSURA MINÍMA DE 100MM;</p> <p>-PISO: DE ALUMÍNIO CANALETADO TRAPEZOIDAL ANTIDERRAPENTE E COM RESISTÊNCIA PARA A MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS E DE PESSOAS, 02 (DOIS) DRENOS DIANTEIROS E 02 (DOIS) DRENOS TRASEIROS;</p> <p>-INTERNAMENTE DEVERÁ CONTER RODAPÉ NAS PAREDES DE ALUMÍNIO COM MINÍMO DE 300 MM E 600MM NA FRONTAL;</p> <p>-02 (DOIS) TRILHOS LOGÍSITCOS EM CADA LATERAL COM 3 (TRÊS) TRAVAS PALETES; CORTINAS PLÁSTICAS EM TODAS AS PORTAS; ESCADA SIMPLES RETRÁTIL COM 03 (TRÊS) DEGRAUS PARA ACESSO AO BAÚ, FIXADOS E PINTADOS CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE;</p> <p>-ESTRIBO LATERAL PARA ACESSO AO BAÚ PELA LATERAL, PARALAMAS;</p> <p>-CAIXA DE FERRAMENTAS CO FECHADURA, BATENTE TRASEIRO DE BORRACHA MACIÇA;</p> <p>-PARA-CHOQUE TRASEIRO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 152/03-CONTRAN;</p> <p>-ADESIVO FAIXA REFLEXIVA NO PARA-CHOQUE;</p> <p>-ILUMINAÇÃO EXTERNA CONFORME LEGISLAÇÃO CONTRAN Nº 680/87;</p> <p>-ILUMINAÇÃO INTERNA EM LED COM PROTETOR E INTERRUPTOR</p>			
--	--	--	--	--	--

		<p>INTERNO NA ENTRADA DO BAÚ; - PROTETOR LATERAL (CICLISTA) CONFORME RESOLUÇÃO Nº 323/09-CONTRAN; -EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO INSTALADO NO BAÚ.</p> <p>ACESSÓRIOS 01 (UMA) CAIXA DE FERRAMENTAS 02 (DOIS) LAMEIROS 02 (DOIS) BORRACHAS PARA LAMEIROS ELEVADOR DE CARGAS INSTALADO TRASEIRA DO CONJUNTO CHASSI COM OS SEGUINTE REQUISITOS MÍNIMOS: CAPACIDADE DE CARGA: MÁXIMA DE 600 KG A 600MM E CAPACIDADE DE TRÁFEGO, COM A EXTERMIDADE DA MESA APOIADA DE 1000 KG.</p> <p>MESA -COM PISO EM CHAPA DE AÇO CORRUGADA ANTI-DERRAPAENTE (PÉ DE GALINHA),COM ESTRUTURA EM PERFIS TRIANGULARES SOLDADOS, MEDINDO 2000 MM DE LARGURA E 1500 MM DE COMPRIMENTO. RODÍZIOS PARA REDUZIR O ATRITO COM O SOLO. BANDEIROLAS PARA SINALIZAR A MESA NA POSIÇÃO ABERTA.</p> <p>FUNCIONAMENTO -ATRAVÉS DE 2 (DOIS) CILINDORS HIDRÁULICOS, SENDO 1 PARA ELEVAÇÃO E 1 PARA A INCLINAÇÃO DA MESA, COM LIMITADOR DE CURSO PARA A INCLINAÇÃO NEGATIVADA MESA EM 10°. SISTEMA DE FINAL DE CURSO SUPERIOR MECÂNICO, FIXADO À ESTRUTURA DO CAMINHÃO, PARA GARANTIR O ALINHAMENTO OPERACIONAL DA MESA COM O PISO DO CAMINHÃO, INCLUSIVE COM A CARGA MÁXIMA.</p> <p>ACIONAMENTO -ATRAVÉS DE MOTO BOMBA ELETRO-HIDRÁULICA 12 VDC 24VDC, CONECTADA AO SISTEMA ELÉTRICO ORIGINAL DO VEÍCULO, DE FORMA QUE PERMITA O FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO COM O MOTOR DO VEÍCULO DESLIGADO.</p>			
--	--	--	--	--	--

		<p>CHAVE GERAL INCORPORADA NA UNIDADE ELETRO-HIDRAÚLICA, COM CHAVE REMOVÍVEL.</p> <p>SISTEMA HIDRAÚLICO -COMANDO HIDRAÚLICO ATRAVÉS DE ALAVANCAS REMOVÍVEIS OU OPCIONALMENTE ATRAVÉS DE BOTOEIRA SIMPLES OU DUPLA (INCLUSIVE COM CONTROLE REMOTO) DE QUE PERMITA A OPERAÇÃO DE CARGA/DESCARGA POR SOMENTE UM OPERADOR. VÁLVULA DE SEGURANÇA INCORPORADA QUE PARA EVITAR A SOBRECARGA DO EQUIPAMENTO. -CONJUNTO DE RESERVATÓRIO/MOTO BOMBA FIXADO SOB A LATERAL DA CARROÇARIA, EQUIPADO COM VISOR DE NÍVEL E BOCAL DE ABASTECIMENTO/RESPIRO. -CILINDROS HIDRAÚLICOS DE SIMPLES EFEITO, COM SISTEMA CONSTRUTIVO, COM HASTE COM CAMADA DE CROMODURO E RETIFICADA, CAMISA EM TUBO TREFILADO SEM COSTURA E BRUINDO. CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS. -ESTRUTURA EM CHAPAS DE AÇO ESPECIAL, DOBRADOS E SOLDADOS POR PROCESSP MIG. -EMBUCHAMENTO EM MATERIAL SINTÉTICO; -PINTURA DE ACABAMENTO EM E SMALTE SINTÉTICO COM FUNDO ANTICORROSIVO, NA COR PRETO.</p> <p>TRAVA DE TRANSPORTE -SISTEMA MECÂNICO, QUE TRAVA O EQUIPAMENTO.</p> <p>VEÍCULOS - PARA INSTALAÇÃO EM VEÍCULOS COM P.BT. MINÍMO DE 5.000 KG; - SISTEMA DE INSTALAÇÃO FIXADA AO CONJUNTO CHASSI E QUADRO AUXILIAR DA CARROÇARIA ATRAVÉS DE SISTEMA APARAFUSADI ADAPTÁVEL A VÁRIAS BITOLAS DE CHASSI, COM CONJUNTO DE QUADRO E CILINDROS EXTERNOS AO CHASSI DO VEÍCULO, ATENDENDO AS NORMAS DOS FABRICANTES DOS</p>			
--	--	--	--	--	--

		<p>VEÍCULOS; -ESPAÇO PARA INSTALAÇÃO; -BALANÇO TRASEIRO REDUZIDO, ISTO É, DISTÂNCIA MÍNIMA DISPONÍVEL ENTRE A EXTREMIDADE TRASEIRA DA CARROÇARIA E O SUPORTE DE MOLAS TRASEIRO, NESTE CASO DE 950MM. -LARGURA MÍNIMA/MÍNIMA DO CHASSI:PARA INSTALAÇÃO EM VEÍCULOS COM LARGURA EXTERNA DO CHASSI MÁXIMA DE 1000 MM E MÍNIMA DE 850 MM. -ALTURA DE OPERAÇÃO: CURSO MÁXIMO DE ELEVAÇÃO DE 1300 MM. -PARA-CHOQUE:SISTEMA INCORPORADO AO EQUIPAMENTO. AUTORIZADO PELO DENATRAN, CONFORME INCISO V DO ART. 2º DA RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 152/03- "ISENTO DE PARA-CHOQUE"- PORTARIA Nº 22 DE 17/11/2004. -LEGISLAÇÃO:POSSUIR AS FAIXAS REFLEXIVAS QUE ATENDAM A PORTARIA DENATRAN Nº 03 DE 21/01/2002, PARA-CHOQUE QUE ATENDA A RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 805/95 E ATENDA A NBR 9762. -CERTIFICADO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA – CCT Nº 002/2002 E O CERTIFICADO DE ADEQUAÇÃO À LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO – CAT Nº 0012/02, EMITIDO PELO DENATRAN.</p> <p>PEDRO PRÓPRIO -DE 350 KG (APROX. TOTAL INSTALADA.OPCIONAIS -REBAIXOS PARA TRAVAR AS RODAS DOS CARRINHOS NA MESA; -ABA LATERAL PARA CARGA/DESCARGA PELAS LATERAIS DA MESA; -COMANDO COM BOTOEIRA DUPLA, INCLUSIVE COM CONTROLE REMOTO; -ALARME SONORO DE SOBRECARGA OU DE OPERAÇÃO; -VÁLVULAS CONTRA RUPTURA DE MANGUEIRAS;SISTEMA DE TRAVA DO CONJUNTO DE ELEVAÇÃO PARA O CARREGAMENTO EM DOCAS.</p>			
--	--	--	--	--	--

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA DO VEÍCULO

4.1 O prazo de entrega do objeto da presente Ata de Registro de Preços deverá ser de até 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Compra (OC) enviado pelo Sesc/PA.

4.2 A entrega do veículo deverá ser efetuada na Avenida Assis de Vasconcelos, nº 359, Bairro Campina, Belém/PA. Cep:66.010-010, em dias úteis, no horário de expediente, das 9h às 12h e das 14h às 18h. mediante prévio agendamento.

4.3 O veículo deverá ser entregue revisado e limpo, de acordo com as normas do fabricante.

4.4 O recebimento do veículo será realizado de forma provisória, para efeitos de posterior verificação da conformidade com as especificações, e de forma definitiva, será efetuada em até 10 (dez) dias úteis da data do recebimento provisório, após a verificação da qualidade do veículo.

4.5 Quando forem considerados insatisfatórias as condições do veículo recebido provisoriamente, será lavrado termo de recusa, na qual serão consignadas as desconformidades, devendo o veículo ser recolhido e substituído.

4.6 Caso a substituição não ocorra no prazo de 07 (sete) dias úteis, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e estará sujeito a aplicação de sanções.

4.7 O fornecedor é responsável por prestar garantia em face de defeito e vícios de fabricação, no prazo de 12 (doze) meses, sem qualquer ônus para o Sesc/PA.

4.7.1 Caso seja necessário haver a substituição de peças, o prazo estabelecido no subitem 4.7 será contado novamente a partir da data da substituição por peças novas.

4.8 O fornecedor deverá dispor de assistência técnica autorizada/credenciada em todo o território nacional.

4.9 O Fornecedor deverá no ato de entrega apresentar documento fiscal válido correspondente ao objeto, juntamente com a indicação da Ordem de Compra (OC) de origem do pedido referente ao mês de competência, não sendo aceito documento fiscal de períodos anteriores.

4.10 Todos os custos e as despesas diretas e indiretas, decorrentes do transporte e entrega do objeto correrão por conta do Fornecedor.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO E DO FATURAMENTO

5.1 O valor total da presente Ata será de R\$ (.....) pago mediante efetiva entrega do veículo.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 A nota fiscal será emitida com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, em conformidade com as exigências legais, e contendo as seguintes informações: **número da Ata; objeto da Ata; conta bancária, banco e agência**, destaque, conforme regulação específica, das retenções incidentes sobre o faturamento (ISSQN, INSS, IRRF e outros), se houver.

5.4 O aceite definitivo com a liberação do documento fiscal para pagamento está condicionado ao atendimento das exigências contidas na Ata, Ordem de Compra ou documento equivalente.

5.5 Após assinatura do Instrumento Contratual e/ou instrumento equivalente, o Fornecedor terá o prazo nele fixado para entregar o objeto ou serviço.

5.6 O veículo deverá ser entregue de acordo com o Edital e seus anexos e com a proposta comercial.

5.7 A cada entrega do objeto, o pagamento será realizado pelo Sesc/PA por meio de transferência bancária em conta corrente do fornecedor em até 10 (dez) dias úteis após a entrega do objeto registrado na presente Ata, mediante apresentação de Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal da responsável, que declara que o fornecimento foi executado de acordo com o registrado, **não serão aceitos boletos bancários.**

5.8 Caso o Fornecedor goze de algum benefício fiscal, ficará responsável pela apresentação de documentação hábil, ou, no caso de optante pelo SIMPLES NACIONAL – Lei Complementar n. 123/2006, pela entrega de declaração, conforme modelo constante da Instrução Normativa n. 1.234/2012, alterada pela Instrução Normativa n. 1.244/2012, ambas da Secretaria da Receita Federal. Após apresentada a referida comprovação, o Fornecedor ficará responsável por comunicar ao Sesc/PA qualquer alteração posterior na situação declarada, a qualquer tempo, durante a execução desta Ata.

5.9 Serão de exclusiva responsabilidade do Fornecedor todas as despesas e providências que se tornarem necessárias à regularização do presente instrumento, sendo expressamente vedada a sua negociação com terceiros alheios a esta Ata, qualquer que seja a finalidade.

5.10 No valor estão incluídas todas as despesas com salários, encargos sociais, tributos, descontos, emolumentos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, contribuições fiscais e parafiscais, uniformes, EPI's, EPC's, administração, transportes, impostos, despesas diretas e indiretas em geral e demais condições de realização do serviço devidas em decorrência, direta e/ou indireta, da execução do objeto desta Ata, bem como o lucro do Fornecedor.

5.11 Nenhum título de crédito decorrente da prestação de serviço poderá ser negociado com instituição financeira.

CLÁUSULA SEXTA - VALIDADE DOS PREÇOS

6.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser renovada, a critério do Sesc/PA, por acordo entre as partes, por igual período ou fração, mediante termo aditivo, desde que a proposta continue se mostrando mais vantajosa.

6.1.1 Com a prorrogação da presente Ata de Registro de Preços, ficam reestabelecidos seus termos e condições iniciais, inclusive os quantitativos.

6.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços o Sesc/PA, não estará obrigado a adquirir o item, objeto desta Ata, podendo até realizar, contratações com terceiros sempre que se mostre mais vantajosa para a Entidade.

6.3 Se durante a vigência da Ata de Registro de Preços houver oscilação do preço praticado no mercado, comprovado através de pesquisa, poderá haver realinhamento ou reajuste, mediante manifestação das Partes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1 Os preços previstos nesta Ata será fixo e irrevogável pelo período de sua vigência, limitado a 12 (doze) meses, a partir da apresentação da proposta comercial. Caso a vigência desta Ata ultrapasse esse prazo, a contar da data de início do prazo de vigência, o preço previsto nesta Ata poderá ser reajustado pela variação do INPC (IBGE), ou outro que venha substituí-lo para a correção de valores.

7.2 A variação do valor contratual para fazer jus ao reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

8.1 O Fornecedor cumprirá fielmente com as obrigações assumidas por meio desta Ata de Registro de Preços, podendo o Sesc/PA aplicar ao vencedor as penalidades previstas.

8.2 Cabe ao Fornecedor responsabilizar-se por despesas, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução desta Ata.

8.3 O Fornecedor deverá responder de forma imediata a todas as solicitações de contatos do Sesc/PA, seja presencial, telefone e e-mails.

8.4 O Fornecedor não empregará acessórios impróprios ou de qualidade inferior, não podendo tal fato ser invocado para justificar cobrança adicional a qualquer título;

8.5 Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causados por seus empregados, ou representantes, direta e indiretamente, ao adquirente ou a terceiros, inclusive aos decorrentes de serviços ou aquisições com vícios ou defeitos, constatáveis no prazo da garantia.

8.6 O Sesc/PA reserva o direito de não receber o veículo, em caso de desacordo com as especificações estabelecidas nas ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS do Anexo I – Termo de Referência.

8.7 Assumir todos os possíveis danos, tanto físicos, quanto materiais, causados por seus empregados ou representantes, ao Sesc e/ou terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do objeto desta Ata.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO SESC/PA

9.1 Constituem obrigações do Sesc/PA, sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Ata:

9.1.1 Fornecer todas as informações e prestar os esclarecimentos necessários ao fornecimento do objeto deste instrumento, que venham a ser solicitados pelo Fornecedor.

9.1.2 Fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução do objeto registrado e as suas alterações, atestando as respectivas Notas Fiscais ou documento equivalente, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias.

9.1.3 Efetuar o pagamento dos documentos fiscais nas condições estabelecidas nesta Ata.

9.1.4 Comunicar oficialmente ao Fornecedor, por escrito, quaisquer falhas ou irregularidades observadas no cumprimento desta Ata.

9.1.5 Aplicar ao Fornecedor as penalidades administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 O Aderente informará ao Gerenciador o seu interesse em aderir a Ata de Registro de Preços.

10.1.1 O Gerenciador indicará ao Aderente os quantitativos de produtos previstos no instrumento convocatório, o Fornecedor, e as condições em que tiver sido registrado o preço e o prazo de vigência do registro.

10.1.2 As aquisições por Aderente não poderão ultrapassar 100% (cem por cento) dos quantitativos previstos no instrumento convocatório.

10.1.3 As razões da conveniência de aderir ao registro de preços cabem ao Aderente.

10.2 O pedido de adesão ao Gerenciador e a contratação da aquisição do objeto pelo Aderente com o fornecedor deverão ser realizadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

10.3 O fornecimento ao Aderente deverá observar as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços e não poderá prejudicar as obrigações assumidas com o Gerenciador e com os Aderentes anteriores.

10.4 A Entidade não participante que aderir a Ata de Registro de Preços competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações.

10.5 Caberá ao Fornecedor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento do objeto, desde que esta prestação não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o Gerenciador e demais participantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1 A recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de 03 (três) dias úteis, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e poderá acarretar ao Fornecedor as seguintes penalidades:

- a) Perda do direito a contratação;
- b) Perda da caução em dinheiro ou execução das demais garantias de proposta, quando exigidas, sem prejuízo de outras penalidades previstas neste Edital.
- c) Advertência;
- d) Cancelamento na Ata de registro de Preços;
- e) Multa de até 10% (dez por cento) do valor da “Pedido de Compra” ou documento equivalente;
- f) Suspensão do direito de licitar ou contratar com o Sesc/PA pelo prazo de 3 (três) anos.
- g) Impedimento do direito de licitar com abrangência nacional, pelo prazo mínimo de 4 (quatro) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.2 Além do exposto acima, a baixa na Ata de Registro de Preços poderá ocorrer pela decretação de falência, liquidação e/ou estado de insolvência de quaisquer das Partes.

11.3 O descumprimento das obrigações relativa à regularidade fiscal previstas serão consideradas inadimplemento.

11.4 A penalidade de multa, será aplicada pelo Sesc/PA, no caso de inadimplemento total ou parcial do objeto da presente Ata de Registro de Preços.

11.5 A penalidade de multa será aplicada após regular procedimento administrativo, e o valor correspondente será descontado do pagamento a ser efetuado pelo Sesc/PA, ou, na impossibilidade de realização deste desconto, deverá o montante correspondente ser depositado pelo Fornecedor, autor do inadimplemento, na conta corrente a ser indicada pelo Sesc/PA, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

11.6 A critério do Sesc/PA, as penalidades poderão ser cumulativas.

11.7 A detentora do menor preço terá seu registro cancelado quando:

11.7.1 Descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços.

11.7.2 Não aceitar reduzir os preços registrados, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados pelo mercado.

11.7.3. Justificadamente, não for mais interesse do Sesc/PA.

11.8 O cancelamento do registro poderá ocorrer, ainda, por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CESSÃO

12.1 O Fornecedor não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte esta Ata.

12.2 É vedado a cessão, a qualquer título, dos créditos de qualquer natureza que decorrem desta Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1 Fica vedada, salvo se admitido no instrumento convocatório e mediante autorização prévia e expressa do Sesc/PA, ao Fornecedor, a subcontratação de parte do objeto registrado, ficando ainda vedado, ao Fornecedor, a subcontratação com licitante que tenha participado do procedimento licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RENÚNCIA E DA NOVAÇÃO

14.1 O não exercício pelo Sesc/PA de qualquer direito oriundo da presente Ata e/ou na lei em geral, ou, ainda, a não aplicação de quaisquer das sanções nele previstas, não importará renúncia ou novação devendo, portanto, ser interpretado como mera liberalidade, podendo ser exercido a qualquer tempo, a não ser que as Partes disponham expressamente nesta Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

15.1 O fornecedor detentor do menor preço terá seu registro cancelado quando:

15.1.1 Descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços;

15.1.2 Não aceitar diminuir os preços registrados, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

15.1.3 Justificadamente, não for mais do interesse do Sesc/PA;

15.1.4 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer, ainda, por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

16.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, nas seguintes, nos termos do art. 51 da Resolução nº 1.593/24.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

17.1 A presente Ata poderá ser aditada com vistas a acréscimo no percentual de até 50% (cinquenta por cento) do valor global e as supressões serão realizadas nos limites estabelecidos pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO DO SESC/PA

18.1 O objeto adquirido será fiscalizado pelo Sesc/PA, pelos empregados por ele credenciados, o Sr. XXXX e-mail XXXXX e, em sua ausência, pelo Sr. XXXXXX e-mail XXXXXX que poderão fornecer ao Fornecedor orientação quanto ao fornecimento do objeto e, ainda, solicitar apresentação de relatório contendo todas as solicitações ocorridas no mês.

18.2 A referida fiscalização não exime o Fornecedor da responsabilidade no controle, fiscalização e fornecimento do objeto.

18.3 Os empregados credenciados para fiscalização do objeto serão investidos de plenos poderes

para, diretamente ou através de auxiliares, exercer a fiscalização geral e total, tendo como atribuições principais:

18.3.1 Exigir do Fornecedor a estrita observância às estipulações desta Ata, às normas do Sesc/PA e a melhor técnica consagrada pelo uso para o fornecimento do objeto da presente Ata.

18.3.2 Suspender, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que, ao seu critério, considerar esta medida necessária à regular fornecimento do objeto desta Ata ou à salvaguarda dos interesses do Sesc/PA.

18.3.3 Recusar os métodos de trabalho ou processos de execução que, ao seu critério, estejam em desacordo com as exigências e padrões técnicos e administrativos estipulados pela presente Ata.

18.3.4 Controlar as condições de trabalho, ajustando com o Fornecedor as alterações que forem consideradas convenientes ou necessárias, de modo a exigir daquela, na ocorrência de atraso no fornecimento do objeto, a adoção de regime de trabalho que possibilite o adequado cumprimento do objeto contratual.

18.3.5 Dar permanente assistência, na interpretação e na solução dos problemas indicados pelo Sesc/PA.

18.3.6 Diligenciar o cumprimento dos prazos estabelecidos pela fiscalização.

18.4 O Fornecedor aceita, neste ato, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização desta Ata, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que o necessitar e que forem julgados necessários à execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA CONFIDENCIALIDADE E DO SIGILO

19.1 O Fornecedor obriga-se a manter o mais absoluto sigilo sobre todas as informações, documentos, dados, valores, sistemas, técnicas, estratégias, métodos de operação, inovações, segredos comerciais, marcas, criações, especificações técnicas e comerciais, e demais elementos a que tiver conhecimento ou acesso, que não sejam de domínio público, em razão da execução desta Ata, e que não poderão ser divulgadas a terceiros, verbalmente ou por escrito, em qualquer época ou circunstância, sem o consentimento prévio e expresso do Sesc/PA.

19.2 O Fornecedor assume, perante ao Sesc/PA, toda e qualquer responsabilidade, por seus, diretores, empregados e/ou prepostos, por violação dos dados confidenciais de que trata a Política de Segurança da Informação (PIS) do Sesc/PA.

18.3 O Fornecedor se compromete a manter arquivado, sob classificação de confidencial, em lugar restrito e próprio para tal, todos os documentos relativos a presente contratação, bem como qualquer informação recebida, comprometendo-se a não revelá-la a quem quer que seja, nem utilizá-la para outro propósito que não seja de interesse do Sesc/PA.

19.4 Qualquer divulgação não autorizada geradora de responsabilidade importará na assunção de responsabilidade por aquele que divulgou.

19.4.1 É terminantemente proibido e, passível de rescisão contratual, a divulgação de qualquer informação objeto da presente Ata.

19.5 Nenhum anúncio à imprensa ou qualquer outro pronunciamento deverá ser feito sem o consentimento expresso do Sesc/PA.

19.6 As obrigações de sigilo e confidencialidade, previstas nesta Cláusula, vinculam o Fornecedor durante a vigência desta Ata e continuarão na hipótese de seu término, possibilitando a imediata rescisão desta Ata, caso este esteja vigente, com aplicação das penalidades cabíveis e, estando

ou não vigente a Ata, sem prejuízo da responsabilização pelas perdas e danos comprovadamente causados.

19.7 A qualquer tempo durante a vigência desta Ata, o Fornecedor poderá, independentemente de justificativa, solicitar a devolução, no todo ou em parte, de quaisquer documentos, classificados como confidenciais ou não, comprometendo-se o Fornecedor a entregá-los prontamente.

19.8 Findo ou rescindido a presente Ata, cada uma das Partes compromete-se, independentemente de solicitação, a proceder a pertinente devolução de todos os documentos confidenciais ou não em seu poder, vedada a sua cópia e manutenção de quaisquer formas de reprodução.

19.9 Todos os desenhos, especificações, modelos, amostras, dados e quaisquer outras informações trocadas entre as Partes e, todos os direitos patrimoniais e autorais sobre eles, são de propriedade exclusiva da Parte cedente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR

20.1 Na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovada, nos termos do artigo 393 do Código Civil, as partes não poderão ser responsabilizadas pelo não cumprimento de suas obrigações contratuais. Neste caso, a parte impossibilitada de cumpri-las deverá informar a outra, de imediato, por escrito, da ocorrência do referido evento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA COMUNICAÇÃO

21.1 Para os fins de comunicação no âmbito desta Ata, todas as notificações, aviso ou comunicações relativas a presente Ata serão realizados por escrito, enviadas por via postal, por correio eletrônico com aviso de leitura e ou entrega, carta registrada ou por intermédio de Cartório do Registro de Títulos e Documentos, ou entregue em mãos, devendo sempre observar o disposto abaixo:

Pelo Sesc/PA:

Nome: XXXX

Endereço: XXXXXXXX

Telefone: (91) XXXX

E-mail: e-mail XXXXXXXX

Pelo Fornecedor:

Nome: XXXXXX

Endereço: XXXXX

Telefone: XXXX

E-mail: XXXXXXXX

21.2 As comunicações/notificações realizadas conforme o disposto nesta Cláusula será considerado entregues:

21.2.1 No momento da entrega, se entregues em mãos, mediante protocolo.

21.2.2 No momento do recebimento, se enviadas por correio ou courier.

21.2.3 No momento indicado no próprio e-mail ou no comprovante de recebimento, se enviadas por meio eletrônico.

21.3 Ficam as Partes obrigadas a notificar uma à outra em caso de alteração nos endereços mencionados nesta Cláusula.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

22.1 As Partes obrigam-se a atuar na presente Ata em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”).

22.2 Fica estipulado que as Partes deverão se adequar em caso de modificação dos textos legais indicados na cláusula acima ou de qualquer outro, de forma que exija modificações na estrutura do escopo desta Ata ou na execução das atividades ligadas a esta Ata.

22.2.1 Se houver alguma disposição que impeça a continuidade desta Ata conforme as disposições acordadas, o Sesc/PA poderá resolvê-lo sem qualquer multa, penalidade, ou indenização, apurando se o objeto já foi fornecido até a data da rescisão e consequentemente valores devidos correspondentes.

22.3 O Fornecedor deve dar ciência aos seus empregados, diretores, prepostos, clientes, fornecedores e parceiros sobre as legislações vigentes sobre Proteção de Dados Pessoais e garantir que possui todos os consentimentos e avisos necessários para permitir o tratamento de dados pessoais dos respectivos titulares a serem necessários para a execução do serviço.

22.4 O Fornecedor, neste ato, garante ao Sesc/PA que todos os dados pessoais coletados, produzidos, receptados, classificados, utilizados, acessados, reproduzidos, transmitidos, distribuídos, processados, arquivados, armazenados, eliminados, avaliados ou controlados pela informação, modificados, comunicados, transferidos, difundidos ou extraídos em razão da presente Ata, serão tratados em conformidade com as legislações vigentes aplicáveis, sob pena de indenizar o Sesc/PA pelos prejuízos que este venha a incorrer em razão de eventuais demandas judiciais ou administrativas, que sejam prejuízos, moral, material ou perdas e danos ocasionados ao Sesc/PA, seus empregados, clientes ou fornecedores e parceiros, tais como, mas não se limitando a, despesas como honorários advocatícios, custas judiciais e taxas administrativas.

22.5 O Fornecedor se obriga a realizar a correção, eliminação, anonimização ou bloqueio de dados, quando notificada pelo Sesc/PA, nos casos de requisição do titular de dados pessoais ao Sesc/PA.

22.6 O Fornecedor deverá manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizar, bem como deverá adotar as melhores práticas e implementar medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra situações, acidentais ou ilícitas, de destruição, perda, alteração, comunicação, difusão, acesso não autorizado, ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito, além de garantir a segurança no âmbito do tratamento de dados pessoais.

22.7 O Fornecedor deverá notificar o Sesc/PA, imediatamente, por e-mail aos Fiscais da Ata indicados neste Ata, em caso de reclamações e solicitações que venha a receber do titular de dados pessoais, bem como notificações, citações ou intimações judiciais ou administrativas em relação à conformidade com a proteção de dados identificadas em razão do presente Ata.

22.8 O Fornecedor deverá notificar o Sesc/PA, por e-mail aos Fiscais da Ata indicados nesta Ata, em 24 (vinte e quatro) horas, em virtude de: (i) qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de dados pessoais; (ii) qualquer descumprimento das obrigações contratuais relativas ao processamento e tratamento dos dados pessoais; e (iii) qualquer violação de segurança no âmbito das atividades do Fornecedor.

22.9 As Partes comprometem-se a cooperar entre si, auxiliando, na medida do razoável, no

cumprimento de obrigações judiciais ou administrativas, de acordo com a Lei de Proteção de Dados Pessoais aplicável, fornecendo as informações disponíveis e ações necessárias para documentar e eliminar a causa e os riscos impostos por quaisquer violações de segurança, com relação aos dados pessoais utilizados na execução do objeto da presente Ata.

22.9.1 O disposto na Cláusula acima, ou eventual descumprimento de quaisquer deveres ou obrigações legais, contratuais, judiciais ou administrativos por uma das Partes contratantes, não gera responsabilidade solidária ou subsidiária da outra Parte, ficando somente a Parte responsável, nos termos da lei, sujeita às sanções legais e contratuais pertinentes.

22.10 O Sesc/PA terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade do Fornecedor com a Proteção de Dados Pessoais, sem que implique em qualquer diminuição da responsabilidade do Fornecedor.

22.11 A presente Ata não transfere a propriedade de quaisquer dados do Sesc/PA ou dos seus empregados, clientes, fornecedores e parceiros para o Fornecedor.

22.12 O Fornecedor se obriga a não utilizar, compartilhar ou comercializar quaisquer dados pessoais, que se originem e sejam criados a partir do tratamento de dados pessoais, que tenha acesso em razão do presente Ata.

22.13 Cada Parte obriga-se a manter o mais absoluto dever de sigilo e confidencialidade relativamente a toda e quaisquer informações e dados pessoais tratados a que ela ou quaisquer de seus diretores, empregados e/ou prepostos venham a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiado em razão da celebração e execução desta Ata.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 Quaisquer alterações que venham a ocorrer nos termos e condições desta Ata, só terão validade se forem efetuadas através de aditamentos contratuais assinados pelos representantes das partes.

23.2 O Fornecedor deverá comunicar, imediatamente, ao Sesc/PA qualquer alteração de endereço de sua sede ou de seus dados.

23.3 Os prazos estipulados nesta Ata, para cumprimento das obrigações, vencem independentemente de interpelações judicial ou extrajudicial.

23.4 Esta Ata não cria qualquer tipo de sociedade, associação, *join venture* ou qualquer relação de natureza semelhante entre as partes, não sendo permitido qualquer das partes agir em nome da outra.

23.5 Esta Ata contém o compromisso integral entre as partes com relação ao seu objeto e substitui todo e qualquer ata anterior, escrito ou oral, com relação a todas as questões cobertas nesta Ata ou nele mencionadas.

23.6 O Fornecedor, tendo tido amplas condições de avaliar o objeto ora registrado – inclusive com análise de documentos relacionados, declara e garante que:

23.6.1 Sua capacidade técnica e financeira são adequados e suficientes à completa consecução do objeto da presente Ata;

23.6.2 Possui a qualificação técnica necessária à execução do objeto contratual;

23.6.3 Conhecendo todas as condições técnicas, jurídicas, financeiras e de prazo necessárias ao atendimento das necessidades do Sesc/PA, concorda em atender, dentro do escopo específico desta Ata, todas as referidas condições;

23.6.4 Orçou os preços aqui previstos levando em consideração todos os riscos técnicos, econômicos e jurídicos inerentes à estrutura contratual neste momento entabulada, avaliando, inclusive, a conjuntura econômica vigente e futura.

23.7 A presente Ata não caracterizará em favor do Fornecedor, em nenhuma hipótese: (a) exclusividade no fornecimento do objeto; e/ou, (b) garantia mínima. O Fornecedor declara, desde já, que não depende economicamente da presente Ata.

23.8 As Partes declaram que qualquer anuência relativa a esta Ata dependerá de vontade expressa, na conformidade do artigo 111 do Código Civil vigente.

23.9 Todas as obrigações da presente Ata de Registro de Preços, estão explicitadas no Anexo I e no Edital do Processo Pregão Eletrônico nº 24/0032-PG.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO

24.1 A presente Ata será regida pelas leis da República Federativa do Brasil e, para dirimir quaisquer questões decorrentes do ajustado entre as Partes, fica eleito Fórum da Comarca de Belém do Estado Pará, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais especial que seja.

24.2 A presente Ata deverá ser registrada pelo Fornecedor à sua custa, na forma da Lei N.º 6015, de 31 de dezembro de 1973 e alterações posteriores.

E, por estarem assim justos e contratados, na presença das testemunhas abaixo assinadas e para um só efeito legal, firmam, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias, o presente instrumento, cientes de que ao Sesc/PA é aplicável o disposto no art. 70, parágrafo único, art. 150, item VI, alínea C e art. 240, todos da Constituição Federal, art. 5º do Decreto-Lei nº. 9853, de 13 de setembro de 1946 e nos art. 12 e 13 de Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO PARÁ
XXXXXXX

XXXXXX
(EMPRESA VENCEDORA)

TESTEMUNHAS

1. _____

NOME:

CPF:

2. _____

NOME:

CPF: